

PLANO DE CURSO

1º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Fundamentos da Sociologia e Antropologia

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2019011	1º	60	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

Abordar a Sociologia enquanto disciplina capaz de fornecer instrumentos para a compreensão da realidade social e a necessidade sociocultural. Analisando os aspectos estáticos e dinâmicos da ordem e da mudança social, destacando as questões sociais e culturais que fazem a interface com busca da compreensão e a criação artificial dessas necessidades dos grupos humanos.

OBJETIVOS:**GERAL**

Favorecer o desenvolvimento nos alunos de uma consciência crítica que os estimule a atuar, profissionalmente e como cidadão, na sociedade em geral, compreendendo a importância da cultura, das questões sociais e dos principais conceitos sociológicos.

ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao discente, informações básicas necessárias ao conhecimento dos conceitos, das teorias, das classificações e dos métodos da Sociologia.
- Discutir a atividade dos grupos dentro das comunidades e das instituições, enquanto fenômeno e suas implicações para a cultura jurídica.
- Possibilitar a compreensão das principais temáticas da Antropologia Jurídica, analisando assuntos como o, a antropologia cultural, as principais correntes teóricas da antropologia e a relação da Antropologia com o Direito, dentre outros assuntos.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1 – Sociologia (Conceito, histórico e características da ciência, problema social, etc.)
- 2 - Cultura e sociedade;(Subcultura, etnocentrismo, aculturação, mudança cultural etc.)
- 3 - Organização social (Principais teóricos clássicos da Sociologia, fato social, ação social, etc.)
- 4 - Controle social (Conceito, norma, tipos, anomia, etc.)
- 5 - Status e papel; (Conceito, características, classificação etc.).
- 6 - Grupos, agregados e categorias; (Conceitos, tipos, exemplos, etc.).
- 7 - Estratificação social. (Conceito, tipos, teorias, etc.).
- 8 – Instituições sociais (Conceitos, tipos, características etc.).

UNIDADE II

- 8 – Instituições sociais (Conceitos, tipos, características etc.).
- 9 - Antropologia: (Breve histórico, conceito e principais teorias da cultura).
- 10 - Antropologia jurídica (Conceito e aplicação)
11. Método etnográfico.
12. Pensamento antropológico contemporâneo.
13. Estado e Direito na perspectiva antropológica.
14. Direito das minorias.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do

aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ALVES, Elizete Lanzonie SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Iniciação à Antropologia Jurídica: Por onde caminha a humanidade**, Florianópolis: Conceito Editorial.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: Uma introdução**, 6 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 6 ed. revista e Aum. 5reimpr. São Paulo: Atlas.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: Uma introdução**. São Paulo: Atlas.

COMPLEMENTAR

ARON, Raymond. **Etapas do Pensamento Sociológico**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, (coleção tópicos).

BRYM, Robert et al. **Sociologia: Sua Bússola Para Um Novo Mundo**, 1 ed, São Paulo: Thomson Learning.

COLAÇO, Thais Luzia (org). **Elementos da Antropologia Jurídica**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

COSTA, Cristina. Sociologia: **Introdução a Ciências da Sociedade**, 3 ed., São Paulo: Moderna.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**, 2ed, São Paulo: Pearson Prentice Hal.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**, 4 ed., Porto Alegre: Artmed.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 7 ed., São Paulo: Atlas.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia Geral e Jurídica: Introdução à lógica jurídica**. 6 ed. São Paulo: Saraiva.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Trad. Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

História do Pensamento Jurídico

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR054761	1º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: Trajetória do pensamento jurídico internacional e brasileiro, apoiados na historiografia. A História do Direito desde a Antiguidade oriental até a Contemporaneidade do Mundo Ocidental. O Direito no Brasil desde o Período Colonial até a República contemporânea brasileira. As Constituições Brasileiras, sua trajetória histórica e suas características.

OBJETIVOS:

GERAL

Conhecer a trajetória histórica do Direito no Mundo Ocidental e no Brasil a partir das suas características mais relevantes e dos seus aspectos jurídicos específicos em cada época e em cada sociedade.

ESPECÍFICOS

- Aprender os aspectos mais evidentes e relevantes da História do Direito no Mundo Ocidental
- Inquirir a inserção da História do Direito Brasileiro em seus caracteres mais significativos na História do Direito do Mundo Ocidental.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A história do Direito na Antiguidade Oriental.
2. O Direito na Antiguidade Ocidental: Atenas e Roma Antiga.
3. A Decadência Roma e a Alta Idade Média: Do Direito Romano Clássico a Constituição do Direito Canônico e as contribuições do Direito Consuetudinário Germânico.
4. A Baixa Idade Média: O ensino jurídico, a jurisprudência medieval e restauração do *Corpus Iuris Civilis* romano no contexto da gênese da modernidade.

UNIDADE II

5. A Formação do Direito no Mundo Moderno: o Direito português, inglês e francês e suas contribuições para o Direito Brasileiro.
6. A história e o pensamento jurídico durante o período colonial do Brasil
7. A história e o pensamento jurídico durante o Império do Brasil
8. O pensamento jurídico republicano brasileiro: sua história sob a perspectiva da constitucionalidade.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a

construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BÁSICA

CICCO, Claudio de. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASTRO, José Reinaldo. **O Direito na História**. São Paulo: Max Limonad, 2012.

COMPLEMENTAR

WOLMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASTRO, Flavia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil**. São Paulo: Lúmen Juris, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Teoria da Argumentação Jurídica

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
SEC057960	1º	60	-	04	-

Autenticação

PLANODECURSO

EMENTA: Estudo da Hermenêutica Jurídica e do pensamento e Linguagem dos Juristas em geral. Interpretação e Ideologia Jurídica. Retórica e Sentido. Principais concepções argumentativas do Direito. Argumentação e Poder Judiciário. O exercício da prática jurídica na redação de documentos jurídicos.

OBJETIVOS:

GERAL

Conhecer a teoria da argumentação jurídica, as regras mais relevantes e consubstanciadas da linguagem jurídica e seus usos

ESPECÍFICOS

- Demonstrar conhecimento na redação e eloquência forense
- Conhecer os fundamentos históricos, filosóficos e doutrinários da teoria da argumentação jurídica.
- Estudar os textos jurídicos para conhecer sua forma, seus elementos e sua estrutura jurídica e argumentativa.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

9. Comunicação e Linguagem Jurídica
10. Elementos Constitutivos da Linguagem e do Pensamento Jurídico
11. O Discurso Jurídico

UNIDADE II

12. Argumentação Jurídica
13. Prática da Argumentação Jurídica
14. Os sistemas de Interpretação Jurídica Clássicos e Contemporâneos
15. O estudo da Analogia, da Jurisprudência e do Costume para a Prática e a Argumentação Jurídica

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a

construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

HENRIQUES, A. **Argumentação e Discurso Jurídico**. São Paulo:Atlas, 2008.

MONTEIRO, C. de S. **Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica**. 4ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

COMPLEMENTAR

ATIENZA, M. **Razões do Direito**: teorias da argumentação jurídica. 3 ed. São Paulo: Landy, 2006

KELSEN, H. **Teoria Geral da Normas**. Porto Alegre. SAFE: 1986.

PERELMAN, C. **Tratado de Argumentação**: a nova retórica. (s/d).

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Ciência Política e Teoria Geral do Estado

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR054960	1º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

Trajatória histórica do pensamento político da Antiguidade e medieval. Estado na Teoria Moderna: o Estado Absolutista e o Estado Liberal Burguês. As Formas de Governo e as Formas de Estado. Sistemas de Governo e Funções de Estado. Estado de Direito e Democracia. Democracia Representativa e Democracia Direta. A Crise do Estado Contemporâneo.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Apresentar e Discutir a Trajetória Histórica e Sociológica do Estado e do Poder, procurando identificar as formações políticas na sua realidade concreta ao longo da história ocidental, com ênfase sobre conceitos e representações que compõem o pensamento e a prática política identificada na bibliografia arrolada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a importância do Estado e do poder para entender as relações sócio-políticas contemporâneas;
- Verificar as relações entre a Ciência Política e Teoria do Estado e o Direito;
- Compreender as contribuições conceituais e procedimentais que a Ciência Política e a Teoria do Estado, no que diz respeito ao estudo do poder e suas manifestações políticas institucionais, podem oferecer para o estudo e a aprendizagem da Ciência do Direito.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das

aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Introdução ao estudo da Ciência Política e da Teoria do Estado e a relação com o Direito e com outras Ciências Humanas;
2. O Estado na Teoria Política Moderna: O Estado Moderno e o Estado Liberal;
3. Elementos Constitutivos do Estado. As Formas de Governo e as Formas de Estado. Sistemas de Governo e Funções de Estado.

UNIDADE II

4. Estado e Direito: relação entre as instituições sociais e a legislação na formação política institucional;
5. Estado de direito e Formas de democracia: Democracia Direta, Democracia Representativa, Plebiscito e Referendo;
6. A crise da modernidade e as crises do Estado na atualidade: Constitucional, funcional e política.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- DALLARI, Dalmo de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.
- STRECK, Lenio Luiz & MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 7 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AQUAVIVA, Marcos Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 2 ed. São Paulo: Ed. Saraiva. 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política**. 13 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2007.
- CAVALCANTI, Francisco Ivo Dantas. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo. Ed. Livraria do Advogado. 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e Cidadania**. 2 ed. São Paulo. Moderna. 2004
- MINOGUE, Kenneth. **Política – Uma Brevíssima Introdução**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1998.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 31 ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Introdução ao Estudo do Direito

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2019013	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda o Direito: A Sociedade e o Estado. Natureza e Cultura. Conhecimentos sobre a Linguagem do Direito. Sentido e Direito. Direito e as Ciências Afins. Noção de Direito. Gênese e Universidade do Fenômeno Jurídico. Ética e Normatividade. Direito e Moral. Direito e Justiça. Acepções do Direito. Direito Natural e Direito Positivo. Conceitos Fundamentais. Direito Público e Direito Privado.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam a Introdução ao Estudo do Direito I.

ESPECÍFICOS

- Explicitar os objetos e finalidade da Introdução ao Estudo do Direito I.
- Analisar o Direito no Mundo da Cultura.
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento e a Natureza da Introdução ao Estudo do Direito.
- Utilizar adequadamente os conhecimentos obtidos para uma vivência jurídica satisfatória a um operador do Direito, para obter um conhecimento específico sobre a linguagem do Direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Objeto e Finalidade do Estudo do Direito.
2. Acepções Fundamentais da Palavra Direito.
3. Direito e as Ciências Afins.
4. Natureza e Cultura.
5. O Mundo Ético.
6. Estrutura das Normas éticas.
- 7- Direito e Moral.
8. Direito e Coação
9. Direito e heteronomia,
10. Bilateralidade Atributiva.
11. Estrutura Tridimensional.
- 12.Sanção e Coação.

UNIDADE II

- 12.1 Fontes do Direito.
- 12.2. Da Hermenêutica ou Interpretação do Direito.
- 12.3. Integração e Aplicação do Direito.

12.4. Princípios Gerais de Direito.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

REALE Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo. Editora Saraiva, 27ª Ed., 2009.

NUNES Rizzatto- Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Saraiva. 12ª Ed., 2014.

.

COMPLEMENTAR

NADER Paulo- Introdução ao Estudo do Direito- Editora Forense. 37ª Ed., 2015.

DINIZ Maria Helena- Compêndio de Introdução à Ciência do Direito- EDITORA Saraiva. 25ª Ed., 2014.

FERRAZ . Jr. Tércio Sampaio – Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo. Atlas. 2015.

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Fundamentos da Filosofia

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2019012	1º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A guisa da reflexão dos fundamentos teórico-rationais e epistemológico primitivos que dão suporte à mitologia em toda cultura humana, suscita a compreensão de que o pensar humano é evolutivo, sistematizado, difundido e contextualizado ao longo da historicidade humana de forma sistêmica e dialética, quando evidencia as diferenças dos modos de pensar e das cosmovisões implícitas no mundo moderno quanto ao dualismo epistêmico (teoria x práxis), esta cadeira, desenvolve no aluno meios de percepção da sua relação com o mundo do trabalho e as contradições nele existentes, modelado pelo nosso sistema sócio-político tornando-o apto a entender-se que, enquanto homem, é sujeito político no contexto individual e coletivo da sociedade em que está inserido e por isso, também é responsável pela nova ordem política e social.

OBJETIVOS:

GERAL

Analisar os aspectos histórico-filosóficos, conceitos e discussões que enfatizem a importância da Filosofia.

ESPECÍFICOS

- Compreender a especificidade da investigação filosófica;
- Analisar os aspectos filosóficos das relações humanas e jurídicas;
- Construir conceitos sobre liberdade e possibilidade de convivência;
- Utilizar adequadamente crítica ao sistema vigente.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Filosofia: Conceituação, definição, diferenciação e aplicação. A lógica, a dialética e a estrutura do pensamento.
 - 1.2. As origens.
 - 1.3. O surgimento da Filosofia na Grécia Antiga.
 - 1.4. A passagem do pensamento mítico para o filosófico-científico.
 - 1.5. Noções fundamentais do pensamento filosófico-científico.
 - 1.6. A *physis*.
 - 1.7. O cosmo.
 - 1.8. O caráter crítico.

UNIDADE II

1. Histórico-problemática – gnosiológica e epistemologia.
 - 2.1. Natureza humana, cultural e humanização.
 - 2.2. Conhecimento: intuitivo e conceitual; aparência e essência; opinião e saber.
 - 2.3. Formas de conhecimento: mítico; religioso / metafísico; senso comum / senso crítico; científico; artístico e filosófico.
 - 2.4. Principais teorias do conhecimento.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ANZENBACHER, Arno – Introdução à filosofia ocidental; tradução de Antônio Celiomar Pinto de Lima. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

CHAUI, Marilena – Iniciação à filosofia: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2010.

GHIRALDELLI, Paulo Jr – Caminhos da Filosofia; Rio de Janeiro: ed. DP&A 2005.

GIANNOTTI, J. A. – Lições de Filosofia primeira; São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIANNOTTI, José Arthur – Notícias no espelho. Introdução Luciano Codato. – São Paulo: Publifolha, 2011.

MARCONDES, Danilo – Iniciação à História da Filosofia dos pré-socráticos a Wittgenstein; 8ª ed. Jorge Zahar Editor 2004 – Rio de Janeiro.

COMPLEMENTAR

FEUERBACH, Ludwig – A essência do cristianismo; tradução e notas de José da Silva Brandão. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FEYERABEND, Paul K. – Adeus à razão; tradução Vera Joscelyne. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GARRETT, Brian – Metafísica: conceitos-chave em filosofia; tradução Felipe Rangel Elizalde. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

GHIRALDELLI, Paulo Jr – Como a Filosofia pode explicar o Amor; São Paulo: Universo dos Livros, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton e Danilo Marcondes – Dicionário Básico de Filosofia; 4ª ed. Revista e ampliada 2006, Jorge Zahar Editor – Rio de Janeiro.

LORIERI, Marcos Antônio – Filosofia no ensino fundamental; São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

MARCONDES, Danilo – Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein; 5ª ed. Revista. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Os Filósofos: clássicos da filosofia, v. I, II e III de Sócrates a Rousseau / Rossano Pecoraro (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2008.

- PONDÉ, Luiz Felipe – Guia politicamente incorreto da Filosofia; – São Paulo: Leya, 2012.
- ROCHA, Zeferino – A morte de Sócrates (Monólogo Filosófico); São Paulo. Ed. Escuta 2001.
- RODRIGUESS, Neidson – Filosofia para não Filósofos; 4ª edição – São Pulo: Cortez, 2011.
- SANDRINI, Marcos – As origens da filosofia; Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SANTOS, José Gabriel Trindade – Platão: A construção do conhecimento; São Paulo, 2012. – (Coleção Cátedra).
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. – Hermenêutica – Arte e técnica da interpretação; 8ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2010. – (Coleção Pensamento Humano).
- SCRUTON, Roger e Descartes a Wittgenstein – Uma breve história da Filosofia Moderna. Ed. José Olympio – Rio de Janeiro 2008.
- SOLOMON, Robert C. – O prazer da filosofia: entre a razão e a paixão; tradução de Maria Beatriz de Medina. – Rio de Janeiro: Record, 2011.
- STÖRIG, Hans Joachim – História geral da filosofia; revisão geral de Edgar Orth. 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Economia

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1000261	1º	30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Aspectos gerais e problemas fundamentais da Economia. Evolução da Economia como ciência. Sistemas econômicos. Intervencionismo e Liberalismo. Microeconomia e macroeconomia. Elementos conjunturais e estruturais. Economia internacional. Crescimento, desenvolvimento. Subdesenvolvimento.

OBJETIVOS:

GERAL

Fornecer conhecimentos aos alunos acerca da economia mundial e brasileira, sempre que possível abordando aspectos de direito no campo da economia.

ESPECÍFICOS

- Debater os conceitos fundamentais da ciência econômica e da macroeconomia, demonstrando a interrelação entre os agregados macroeconômicos com a sociedade em geral e com as empresas em particular;
- Estudar o funcionamento do mercado e das variáveis macroeconômicas associadas à realidade brasileira e, no aspecto microeconômico;
- Fornecer aos alunos o instrumental necessário para a compreensão dos conceitos básicos da teoria elementar do funcionamento do mercado e da inserção da unidade produtora no sistema econômico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Natureza e fim. Método. Compartimentos. Objetivos de Política Econômica e os instrumentos de ação. Definições. Ramos. Relação com outras ciências. As leis econômicas. Aspectos metodológicos.
2. O problema econômico: as necessidades humanas e os bens.
3. A organização social da atividade econômica e as questões centrais. As fronteiras de possibilidades de produção. Os custos sociais crescentes e os rendimentos decrescentes. As desigualdades econômicas. Evolução da Economia.
4. Os fatores de produção. Fluxo de produção e capitalização.
5. A atividade econômica. Formas de organização da empresa privada e o papel do Estado. As principais teorias; O mercado: conceito e estruturas.
6. A formação do preço: a procura e a oferta.

UNIDADE II

7. Preço e quantidade de equilíbrio.
- 8 Os grupos econômicos.
9. Circuito econômico: fluxos fundamentais.
10. A determinação da renda, do consumo, do investimento e da poupança.
11. Moeda: funções, características e histórico. Crédito e bancos comerciais.
12. Ativos financeiros; Taxas de Câmbio.
13. Inflação: conceito. Tipos de inflação. A inflação inercial e a indexação.
14. As reformas monetárias no Brasil e as bases (âncoras) das novas moedas.
- 15 Balança de Pagamentos.
16. Desenvolvimento e crescimento econômico; Etapas e padrões de desenvolvimento; Educação e desenvolvimento.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das

aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7 ed. São Paulo Ed. Atlas. 2007
PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2012

COMPLEMENTAR

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas. 2003.
LOPES & ROSSETTI. **Economia Monetária**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 2009.
Antonio Sandoval Vasconcelos. **Manual de Economia**. 6 ed. São Paulo. Saraiva. 2011.
HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.
GREMAUD, Amaury Patrick [et al.]; organizadores Diva Benevides Pinho, Marco. **Manual de introdução à economia**. 5 ed. São Paulo. 2004.

2º PERÍODO

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Constitucional I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2011260	2º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Constituição: Conceito e posição no quadro geral do direito. Sentido formal e material. Estrutura. Classificação das constituições. Sistemas constitucionais. Poder constituinte e poder de reforma. Limitações. Constituições brasileiras. Estruturado estado brasileiro. Supremacia da constituição. Distribuição de competência: União. Estados. Distrito Federal. Município. Intervenção Federal. Estadual. Poder Legislativo. Senado Federal e Câmara dos Deputados. Mandato Parlamentar, Processo Legislativo. Poder Executivo. Ministros de Estado. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno um aprendizado consistente acerca do papel desenvolvido pela teoria constitucional dentro do ordenamento jurídico brasileiro, sua correspondência com os demais ramos do direito, bem como sua estruturação quanto à organização dos temas trabalhados na ementa.

ESPECÍFICOS

- Conhecer os fundamentos históricos e doutrinários do direito constitucional.
- Estabelecer um liame entre a teoria constitucional, o direito constitucional e os demais ramos do direito.
- Desenvolver a ideia de constitucionalismo e estado democrático de direito no estado contemporâneo, o direito constitucional e seus principais fundamentos, como poder constituinte, a classificação das normas constitucionais, o controle de constitucionalidade e a hermenêutica constitucional.
- Estimular e proporcionar o desafio e o desenvolvimento da análise crítica e a pesquisa sobre o ordenamento jurídico

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito Constitucional;
 - 1.1. Posição no quadro geral do direito;
 - 1.2. Formação da disciplina. Evolução. Fases;
 - 1.3. Objeto;
 - 1.4. Divisão;
2. Constituição;
 - 2.1. Conceito. Sentido formal e material. Estrutura. Elementos da constituição. Constituição no sentido: Sociológico, Político, Jurídico;
 - 2.2. Constituições brasileiras.
 - 2.3. Classificação das normas constitucionais quanto à eficácia jurídica;
 - 2.4. Classificação das constituições. Sistemas constitucionais;
 - 2.5. Elaboração constitucional: regras e órgãos;
 - 2.6. Poder constituinte e poder de reforma.
3. Distribuição de Competências – órgãos e entidades constitucionais. Poderes e funções.

UNIDADE II

4. Federação brasileira - Os Entes federados
 - 4.1. União
 - 4.2. Estados
 - 4.3. Município
 - 4.4. Distrito federal
5. Poderes do Estado: Legislativo; Executivo; Judiciário;
6. Funções Essenciais à Justiça

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a

construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora Jus Podium. 2014.
- NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

COMPLEMENTAR

- BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Editora Saraiva, 2014.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. Malheiros. 2013.
- BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição**. 38 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.
- MARTINS, Flávia Bahia. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed., Ed. Impetus, 2013.
- MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. V.1 e V.2. Editora Saraiva, 2014.
- SARLET, Ingo; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- SILVA, Jose Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38 ed. Malheiros, 2015.
- TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. Saraiva, 2014.
- TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional**. 24 ed. Editora Malheiros, 2012.

AE AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Civil I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2011060	2º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte introdutória do direito civil. Nesta, analisa-se os conceitos iniciais indispensáveis para o estudo do direito civil, englobando principalmente o estudo da lei. Estuda também a Lei de Introdução ao Código civil, até o estudo dos bens, merece destaque o estudo da personalidade jurídica da pessoa natural, principalmente na questão do nascituro, além do estudo aprofundado dos direitos da personalidade, instituto inovador, criado pelo legislador civilista de 2002.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito civil. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

Analisar os aspectos gerais da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro;

Estudar os direitos da personalidade, capacidade civil, pessoa natural, pessoa jurídica, domicílio;

Conhecer os bens que merecem proteção jurídica.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A norma jurídica como instrumento de composição dos conflitos inter-subjetivos. Elementos da norma jurídica: imperatividade e autorização. A dicotomia do direito: público e privado. Critérios distintivos. Interpenetração das categorias.
2. A tendência moderna à publicização do Direito Civil. A Constituição Federal de 1988 e seus reflexos no sistema civilístico brasileiro; a descentralização do Direito Civil: micro-sistemas jurídicos.
3. A Codificação do Direito Civil pátrio. Aspectos históricos e legislativos. As grandes codificações: os Códigos francês e o alemão, sua influência em outras codificações, inclusive a brasileira. O Novo Código Civil, suas inovações.
4. Estudo da Lei de Introdução ao Código Civil.

UNIDADE II

5. A personalidade como atributo jurídico. O sujeito de direito. Direito sem sujeito. Classificação das pessoas. Existência e duração da personalidade. Tutela jurídica do nascituro. Direitos da personalidade. Capacidades e incapacidades. Suprimento das incapacidades. Emancipação. Domicílio, espécies. Comoriência, Morte presumida.
6. Pessoa Jurídica. Conceito, natureza, classificação. Constituição e extinção da pessoa jurídica. Desconsideração da Pessoa Jurídica. Responsabilidade.
7. Objeto do Direito: Bens e Patrimônio. Diversas categorias de bens: corpóreos, incorpóreos, móveis e imóveis, consumíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos, bens públicos e particulares. Bens reciprocamente considerados. Coisas fora do comércio.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a

individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I, 11 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 15 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 13 ed. São Paulo, Atlas, 2013.

COMPLEMENTAR

PAESANI, Lílilana Minaldi, Direito e Internet. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2012.

PUSSI, Willian Arthur, Personalidade Jurídica do Nascituro, 2 ed. São Paulo, Juruá, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Código Civil Interpretado, 2 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Sociologia Jurídica

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS2010961	2º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina Sociologia Jurídica é uma das sociologias específicas, que tem por objeto de estudo o direito como fato social, através de métodos e técnicas de pesquisas (isto é, pesquisa baseada na observação controlada dos fatos). Indaga a realidade social total em função do direito, estudando as relações recíprocas existentes entre a realidade total e o fenômeno jurídico.

OBJETIVOS:

GERAL

Conduzir o estudante, desde os primeiros contatos, a entender o fenômeno sócio jurídico, sob uma visão científica, a disciplina abarca o direito nos seus fundamentos gerais, o conjunto de elementos normativos que abarcam as pessoas e as instituições na sua totalidade, formais e informais.

ESPECÍFICOS

Trabalha o direito na sua dimensão normativa, enquanto o mais efetivo sistema de controle social formal. Sinaliza para o conjunto de normas positivas que disciplinam as relações interpessoais, sociais e políticas, através dos poderes constituídos, o estado social do direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito de Sociologia. Precursores. Sociologia como ciência. O objeto e os principais modelos teóricos

em Sociologia. Marxismo, Positivismo e Culturalismo.

2. Sociologia Jurídica: conceito e temática. A metodologia sociológico- jurídica.
3. Quadro sociológico do Direito Brasileiro. A Sociologia Jurídica no Brasil.
4. Gênese social do Direito. Quadro comparativo do Direito primitivo e do Direito moderno.
5. Origens do Estado. Direito e poder político. As teorias do poder. A legitimidade do poder político.

UNIDADE II

6. Estratificação e mobilidade social. Ritos de passagem. Estamento, castas e classes. Patriarcalismo, racismo e gerações.
7. Direito e controle social. Direito e as demais normas sociais. Direito Público e Direito Privado.
8. Direito e mudança social. O direito e os movimentos sociais. Monismo e pluralismo jurídico. Sociologia do Direito natural. Direito e reforma. Direito e revolução.
9. Direito, religião e a família. Importância social do fenômeno religioso. 10. Quadro sociológico do Direito Brasileiro. A recepção. O processo emancipador.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de

avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

SALDANHA, Nelson Nogueira, Sociologia do Direito; NETO, A. L. Machado, Sociologia Jurídica. 6 ed. Saraiva.

SOARES, Ricardo Mauricio Freire, Sociologia do Direito ; São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

MONTESQUENE, O Espírito das Leis; editora Martins.

ROUSSEAU, O Contrato Social; editora L &pm.

HOLANDA, Sérgio Buarque, Raízes do Brasil; editora Companhia das Letras

DURKHAIM, Emile, As Regras do Método Sociológico; editora Martin Claret.

FAORO, Raimundo, Os donos do poder; editora Globo.

KELSEN, Hans, Teoria Pura do Direito; 8 ed. editora Wmf Martins Fontes. 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Metodologia Científica

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS1021361	2º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: A vida na universidade. A leitura de texto e a escrita. Concepção de ciência, conhecimento. As normas de citação. O método a pesquisa científica. Especificidade do texto científico. A produção científica. Metodologia de pesquisa social aplicadas ao Direito. Projeto de pesquisa aplicado ao Direito.

OBJETIVOS:

GERAL

Favorecer o desenvolvimento nos alunos de uma compreensão crítica das ferramentas e da importância da metodologia científica na realização das atividades acadêmicas, tais como, a produção de trabalhos científicos, a geração de novos conhecimentos e a valorização e a interação entre o ensino e a pesquisa.

ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao discente a compreensão necessária a respeito da concepção de ciência, do conhecimento científico, dos métodos e das técnicas de pesquisa aplicada ao Direito .
- Viabilizar o entendimento das principais técnicas de leitura, assim como, o exercício da produção de textos acadêmicos voltados para a área jurídica.
- Possibilitar a compreensão dos componentes pré-textuais, textuais e pós-textuais do projeto de pesquisa na área do Direito.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A vida na universidade (procedimentos, atribuições do discente, organização do estudo etc.)
2. A leitura e a escrita científica (tipos de leitura, fases da leitura etc.)
3. Concepção de ciência e conhecimento (conceito, tipos de conhecimentos, etc.)
4. O método e a pesquisa científica (tipos de métodos, tipos de pesquisa)
5. Especificidades do texto científico (fichamento, resumo, resenha, paper, artigo científico)
6. As normas de citação (conceito, tipos, aplicação)

UNIDADE II

7. O trabalho científico (Normas da ABNT para produção científica)
8. A pesquisa aplicada ao Direito (técnicas, fontes, a coleta de dados, a análise, etc.)
9. O projeto de pesquisa (conceito, importância, normas, elementos etc.)
10. Elaboração de projeto de pesquisa na área jurídica.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os

procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MEZZAROBA, Orides e MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia científica, 7ª edição, São Paulo: Altas, 2010.

COMPLEMENTAR

ECO, Umberto. Como se faz uma tese?, 22ª ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. – 12ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa Social. 6ª ed. – 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HENRIQUE, Antônio e MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de direito: Como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC), 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: A prática de fichamento, resumos e resenhas, 10ª edição – São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade, 27 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Conversas sobre normalização de trabalhos acadêmicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica: Como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, 22ª edição revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2002.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Filosofia Jurídica

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
BAS2011461	2º	30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A guisa da reflexão dos fundamentos teórico-rationais e epistemológico primitivos que dão suporte à mitologia em toda cultura humana, suscita a compreensão de que o pensar humano é evolutivo, sistematizado, difundido e contextualizado ao longo da historicidade humana de forma sistêmica e dialética, quando evidencia as diferenças dos modos de pensar e das cosmovisões implícitas no mundo moderno quanto ao dualismo epistêmico (teoria x práxis), esta cadeira, desenvolve no aluno meios de percepção da sua relação com o mundo do trabalho e as contradições nele existentes, modelado pelo nosso sistema sócio-político tornando-o apto a entender-se que, enquanto homem, é sujeito político no contexto individual e coletivo da sociedade em que está inserido e por isso, também é responsável pela nova ordem política e social.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos da Filosofia do Direito, seus fundamentos no sentido crítico reflexivo, suas ideias, formulação dos direitos e as diversas possibilidades de justificação da compreensão do Direito.

ESPECÍFICOS

- Oferecer fundamentos conceituais que permita aos discentes, compreender a especificidade da investigação filosófica;

- Analisar a posição que a Filosofia do Direito ocupa perante o Direito Moderno;
- Construir conceitos que fundamentem a importância para a formação do profissional do Direito;
- Utilizar adequadamente crítica ao sistema jurídico, levando em consideração a jusfilosofia.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

2. Noção preliminar de Filosofia – sua finalidade.
 - 2.2. Sobre a Filosofia.
 - 2.3. A Filosofia como práxis.
 - 2.4. Sobre a Filosofia do Direito.
 - 2.5. A especificidade da Filosofia do Direito.
 - 2.6. Filosofia do Direito e Filosofia.
 - 2.7. Filosofia do Direito e Direito.
 - 2.8. Um pensamento de juristas ou de filósofos?
 - 2.9. A expressão máxima da verdade do Direito.

UNIDADE II

2. Sobre a história da Filosofia do Direito.
 - 2.1. A Filosofia do Direito pré-contemporânea.
 - 2.2. Karl Marx: História, Dialética e Revolução.
 - 2.3. Hannah Arendt: Poder, Liberdade e Direitos Humanos.
 - 2.4. John Rawls: Ética, Instituições, Direitos e Deveres.
 - 2.5. Jürgen Habermas: Razão, Comunicativa e Direito.
 - 2.6. A finalidade da lei.
 - 2.7. A Crise Financeira Global e os Desafios para a Cultura dos Direitos Humanos

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ADEODATO, João Maurício - Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (em contraposição à ontologia de Nicolai Hortmann). 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

ALMEIDA, Guilherme Assis e Martha OchsenhoferChristmann – Ética e direito: uma perspectiva integrada. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

ARENDDT, Hannah – A condição humana; tradução Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. – 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. – Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. – São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca – Linguagem jurídica. – 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca e Guilherme Assis de Almeida – Curso de Filosofia do Direito. – 8ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BOBBIO, Norberto – A era dos direitos; tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. – Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BOBBIO, Norberto – Elogio da serenidade e outros escritos morais; tradução Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOBBIO, Norberto – O filósofo e a política: antropologia; organização e apresentação José Fernández Santillán; prefácio Norberto Bobbio; tradução César Benjamin (Palavras preliminares e partes I a V), Vera Ribeiro (partes VI a IX). – Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

REALE, Miguel – Filosofia do direito. – 20ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2002.

REALE, Miguel – Lições preliminares de direito. – 27ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

COMPLEMENTAR

BOEHNER, Philotheus e Etienne Gilson – História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa; tradução e nota introdutória de Raimundo Vier. – 13ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONAVIDES, Paulo – Do Estado liberal ao Estado Social; 10ª ed. Editora Malheiros Editores LTDA, 2011.

BOSON, Gerson de Britto Mello – Filosofia do direito: interpretação antropológica. – Belo Horizonte: Del Rey, 1996 – 2ª edição.

DEL VECCHIO, Giorgio – História da filosofia do Direito: tradução de João Batista da Silva. – Belo Horizonte: Ed. Líder, 2006.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio – Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, denominação. 6ª ed. – 2ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

FOCAULT, Michel = Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel – Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GROPPALI, Alexandre – Filosofia do Direito; tradução: Servanda Editora. Campinas, SP: 2008.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. – Filosofia do Direito. – Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – Princípios da filosofia do direito; tradução Norberto de Paula Lima, adaptação e notas Márcio Pugliesi. – São Paulo: Ícone, 1997.

HUME, David – Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais; tradução Débora Danowski. – 2ª ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JARDIM, Eduardo e Hannah Arendt – Pensadora da crise e de um novo início; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEITE, Flamarion Tavares – Manual de filosofia geral e jurídica: das origens a Kant. – 3ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro – Filosofia do direito. – São Paulo: Atlas, 2010.

MORRISON, Wayne – Filosofia do direito: dos gregos aos pós-modernismo; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NADER, Paulo – Filosofia do Direito. 20ª ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NALINI, José Renato – Filosofia e ética jurídica. – São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2008.

NUNES, Rizzatto – Manual de filosofia do direito. 4ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2011.

NUNES, Rizzatto – Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lições de casa. – 9ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Penal I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR2011160	2º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA:

Disciplina teórico-científica de relevância para o entendimento dos princípios do direito penal. Abrange a evolução histórica, o embasamento doutrinário, os princípios gerais, os conceitos, as categorias, os institutos, as problemáticas teóricas, o acervo terminológico específico, além das tendências atuais.

OBJETIVOS:

GERAL

Explicar o papel do Direito Penal I no curso de direito e na sociedade e sua importância para entender as relações com as diversas profissões que envolvem a matéria e com o operador do direito;

ESPECÍFICOS

1. Capacitar o acadêmico a identificar e a diferenciá-las diversas relações mantidas necessariamente entre o Estado e a pacificação social;
2. Identificar as normas aplicáveis e as características de cada situação, de modo a formular soluções de problemas e questões relevantes para o direito penal.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito de direito penal

- Denominação
- Definições
- Caracteres

2. Conteúdo do Direito Penal

- Direito Penal Objetivo e Subjetivo
- Caráter dogmático
- Direito Penal Comum e Especial
- Direito Penal material e formal
- Princípios fundamentais do Direito Penal

3. Relações do direito penal

- Relações com as ciências jurídicas fundamentais.
- Relações com outros ramos de ciências jurídicas.
- Relações com as disciplinas auxiliares do Direito Penal.
- Ciências penais (a Criminologia).

4. Evolução histórica do direito penal

- Períodos: primitivo, humanitário (BECCARIA e JOHN HOWARD), científico (LOMBROSO).
- As Escolas Penais.
- A história do Direito Penal no Brasil.
- A reforma do sistema penal (Lei n. 7.209/84).

5. Fontes do direito penal

- Conceito
- Espécies

UNIDADE II

1. Da norma penal

- Conceito e conteúdo da norma penal. Técnica legislativa.
- Teoria de Binding
- Classificação das normas penais
- Caracteres das normas penais
- Norma penal em branco. Conceito. Classificação.
- A interpretação da norma penal. A analogia.
- A validade da lei penal em relação ao tempo.
- Validade da lei penal em relação ao espaço. Imunidades e prerrogativas funcionais.
- Concurso aparente de normas penais.

- Disposições finais sobre a aplicação da lei penal: eficácia da sentença penal estrangeira.
- Contagem do prazo. Frações não computáveis na pena. Legislação especial.

2.O fato punível

- Conceito, formal e material.
- Divisão bipartida e tripartida da infração penal. A posição do Código Penal Brasileiro.
- Elementos essenciais do crime.
- A tipicidade. Função do tipo. Divisão dos tipos.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral.** 17ª edição. São Paulo: Saraiva.

GOMES, Luis Flavio. **Direito Penal, parte geral, 2ª edição.** Ed. Revista dos Tribunais.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** Vol 1. Ed. Impetrus.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal. Vol. 1, P. Geral.** São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. 1.** Atlas.

COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Geral.** 17ª edição. Editora Saraiva.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, parte geral.** 18ª edição. Ed. Saraiva;

GOMES, Luis Flavio. **Direito Penal, parte geral, 2ª edição.** Ed. Revista dos Tribunais;

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal, parte geral.** Vol. I. Ed. Impetus.

MASSON, Cleber. **Direito Penal: art. 1 ao 120.** editora Método;

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal, Parte Geral, 5ª edição.** Ed. Lumen Juris;

3º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Constitucional II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021860	3º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Dos direitos das pessoas face ao Estado, das respectivas garantias constitucionais, da seguridade social, da proteção à educação, ao meio ambiente e à família, dos direitos de nacionalidade e políticos. Encerra-se o programa com a defesa do Estado.

OBJETIVOS:

GERAL

Enfocar a importância da teoria da Constituição em um modelo neo-constitucionalista frente à limitação não só do poder político, mas também do poder econômico e da expansão constitucional.

ESPECÍFICOS

- Estudar as características, a natureza, a evolução e as dimensões dos direitos fundamentais.
- Compreender a necessidade de se interpretar a legislação infraconstitucional de acordo com a eficácia irradiante dos direitos fundamentais.
- Estabelecer a estruturação do ordenamento jurídico nacional de acordo com o epicentro axiológico da ordem constitucional (princípio da dignidade da pessoa humana).
- Estudar e delimitar a eficácia dos direitos e garantias fundamentais nos moldes desse novo modelo de Estado Constitucional.
- Compreender o conteúdo dos dispositivos que cuidam de cada direito fundamental.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Do Estado e os Direitos das Pessoas
2. Os Direitos Fundamentais
3. Direito da Nacionalidade
4. Direitos Políticos

UNIDADE II

5. As Garantias Constitucionais – Remédios Constitucionais
6. A Ordem Social
7. A Defesa Do Estado E Das Instituições Democráticas
 - 7.1 Estado de Sítio
 - 7.2 Estados de Defesa
 - 7.3 Intervenção federal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Editora Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. Malheiros. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

FERREIRA FILHO, **Manoel Gonçalves**. **Estado de Direito e Constituição**. 38 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MARTINS, Flávia Bahia. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed., Ed. Impetus, 2013.

MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. V.1 e V.2. Editora Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, **Jose Afonso**. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38 ed. Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. Saraiva, 2014.

TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional**. 24 ed. Editora Malheiros, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Civil II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021660	3º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte introdutória do direito civil. Nesta, analisa-se os conceitos sobre fatos jurídicos em sentido amplo e o estudo dos negócios jurídicos, finalizando com o estudo da prova no Código Civil.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito civil. Como compreender o fenômeno jurídico, gerando a maioria das relações jurídicas de natureza patrimonial. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Definir e classificar os fatos jurídicos em sentido amplo;
- Estudar de forma aprofundada todos os aspectos da legislação material referente aos negócios jurídicos, abordando todos os temas elencados no código civil, além dos seus elementos existenciais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. FATO JURÍDICO: Sentido amplo e sentido restrito. Classificação dos fatos jurídico sem sentido amplo. Ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico (visão do Código Civil vigente). Controvérsias doutrinárias (a tese recepcionada pelo Novo Código Civil). O negócio jurídico.
2. PLANO DE EXISTÊNCIA: Elementos constitutivos do negócio jurídico. Manifestação de vontade. Agente emissor da vontade, objeto, forma e causa.
3. PLANO DE VALIDADE: pressupostos de validade do negócio jurídico: manifestação válida de vontade; agente emissor da vontade, capaz e legitimado. A representação. Objeto lícito possível determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
4. VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: Vícios do consentimento: erro, dolo e coação; vícios sociais: simulação e fraude contra credores. A lesão e o estado de perigo no Novo código Civil.
5. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO: Considerações prévias sobre a existência do ato ou negócio jurídico. Nulidade absoluta, nulidade relativa. Efeitos da declaração de nulidade do ato viciado.

UNIDADE II

6. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico: condição, termo, modo ou encargo.
7. Prova do negócio jurídico: confissão, prova documental, testemunhal. Presunção, prova pericial.
8. Ato ilícito. Inexistência de diferença ontológica entre o ilícito civil e o ilícito penal. Tratamento nos códigos civil vigente e no Novo Código. O abuso de direito. Causas excludentes de ilicitude.
9. Fundamentos sociais da Limitação Temporal de Direitos e pretensões. Distinção entre PRESCRIÇÃO e DECADÊNCIA. Os dois institutos na regulamentação do Novo Código Civil. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas. Prazos prescricionais e decadenciais no atual e no Novo Código Civil.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste

sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I, 21 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 15 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

NEVES, Sílvio Batista, Ensaios de Direito Civil, São Paulo, Método.

COMPLEMENTAR

VENOSA, Sílvio de Salvo, Código Civil Interpretado, 2 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 13 ed. São Paulo, Atlas, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Teoria Geral do Processo

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021560	3º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Conceitos jurídicos fundamentais processuais. Jurisdição. Ação. Processo. Norma processual. Normas fundamentais processuais. Acesso à justiça. História do processo.

OBJETIVOS:

GERAL

Proporcionar o conhecimento e o entendimento acerca dos princípios e normas que regem o Direito Processual Civil, fornecendo as necessárias noções sobre a fundamentação histórica, teórica e constitucional do Direito Processual Brasileiro, com o ensino dos paradigmas teóricos e práticos vigentes.

ESPECÍFICOS

-Estudar os fundamentos históricos, conceituais e hermenêuticos do direito processual brasileiro, notadamente os princípios reitores e as normas gerais.

-Possibilitar a compreensão dos institutos fundamentais do direito processual: a ação, a jurisdição, o processo e demais institutos inerentes.

CONTEÚDO:

I UNIDADE

1. Conceitos de processo, direito processual e Teoria Geral do Processo.
2. Norma jurídica processual.
 - 2.1. Conceito.
 - 2.2. Fontes.
 - 2.3. Aplicação no tempo e no espaço.
 - 2.4. Competência legislativa.
3. Noções sobre a história da ciência do processo e do direito processual brasileiro.
4. Normas fundamentais processuais.
 - 4.1. Normas fundamentais constitucionais.
 - 4.2. Normas fundamentais infraconstitucionais.

II UNIDADE

5. Jurisdição.
6. Pressupostos Processuais.
7. Ação.
8. Preclusão.
9. Acesso à justiça

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CINTRA, Antônio C. de A.; GRINOVER, Ada P.; DINAMARCO, Cândido R.. **Teoria Geral do Processo**. 29 ed. Malheiros. 2013.

ALVIM, Carreira Alvim. **Teoria geral do Processo**. 15 ed. Forense. 2012.

JUNIOR, Fredie Didier. **Curso de Direito Processual Civil**, 17ª edição, v.1, Editora Juspodium, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**, 4ª edição, Saraiva, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**, Editora Método, 2015.

COMPLEMENTAR

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo**. V. 1. 6 ed. Revista dos Tribunais. 2012

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento**. V. 1. Forense.

BERMUDES, Sérgio. **Introdução ao Processo Civil**. 5 ed. Forense. 2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINE, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol 1, 14ª edição, 2014.

CORREIA, Marcus Orioni Gonçalves. **Teoria Geral do Processo**, Editora Saraiva.

JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**, v.1, 55ª edição revista e atualizada.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Empresarial I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032160	3º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA A abordagem do Direito Empresarial I trará os fundamentos da Teoria Geral do Direito Empresarial. Nesta, analisa-se o ramo do direito através do seu desenvolvimento histórico até a matéria relacionada às inovações ocorridas no advento do Código Civil de 2002. A disciplina tem como foco a teoria da empresa em substituição a teoria dos atos de comércio que se destaca na pessoa do empresário, na formação do estabelecimento para a consecução da finalidade da atividade denominada empresa. Estuda também obrigações do empresário a este conferida em lei. Por fim, estuda-se a sobre a propriedade industrial.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer as modificações da atividade empresarial experimentadas pelo ordenamento brasileiro.
- Analisar a legislação empresarial vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.

- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes ao Direito Empresarial. Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no cotidiano do labor jurídico.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer o Direito Empresarial como ramo do Direito Privado
- Identificar a empresa como um dos pilares da economia moderna, mantenedora de empregos, fontes de renda tributária, fornecedora de produtos e serviços, eficiente instrumento para o desenvolvimento econômico do país.
- Identificar quem é o empresário e atividade por ele exercida.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos pertinentes a atividade empresarial.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.
- Compreender a necessidade de profissionais de direito habilitados para o exercício empresarial.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1- Teoria Geral da Empresa
- 2 – Origem e Evolução Histórica Do Direito Empresarial
- 3 – Autonomia e Fontes Do Direito Empresarial.
- 4 – Empresário e Empresa.
- 5- Empresário individual
- 6- Requisitos para o Exercício da Atividade Empresarial
- 7 – Escrituração e balanços patrimoniais
- 8- Registro Público de Empresas Mercantis.

UNIDADE II

- 9- Estabelecimento Comercial: Conceito. Elementos Constitutivos. Alienação.
- 10- Nome Comercial Ou Empresarial: Conceito, Espécies E Importância. Diferença De Nome Comercial, Nome De Estabelecimento E Marca.
- 12- Propriedade Industrial.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 27ª edição, 2015.

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição, 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz . Direito Empresarial esquematizado, Editora Método..5ª edição, 2015.

COMPLEMENTAR

BULGARELLI, Waldírio. Direito Comercial. São Paulo: Atlas.

CAMPINHO, Sérgio. O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil. Renovar

DÓREA, Dylson. Curso de Direito Comercial, vol.1, Edit. Saraiva, São Paulo- SP.

GUSMÃO, Mônica. Lições deDireito Empresarial. Gen. Forense. 2012.

MAMEDE, Gladston. Empresae atuação Empresarial. São Paulo: Atlas. 2015

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas. 90ª edição, 2015.

MARLON, Tomazette. Curso de Direito Empresarial. Teoria Geral e Direito Societário. São Paulo. Atlas. 6ª edição, 2014.

MARTIN, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense. 38ª edição, 2015.

MARTINS, Frans. Curso de Direito Comercial, Edit. Forense, Rio de Janeiro- RJ. 38ª edição, 2015.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial: Estudo unificado. São Paulo: Saraiva. 5ª edição, 2014.

NETO, Gonçalves/ Alfredo de Assis. Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva..5ª edição, 2014.

PERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento empresarial- Trespasse e seus efeitos. Saraiva. 1ª edição, 2007.

PIMENTA, Luciana. Empresarial para quem odeia empresarial. Saraiva. 2ª edição, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial, vol. 1, ED. Saraiva, São Paulo -SP. 33ª edição, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.33ª edição, 2014.

TEIXEIRA, Tacísio. Direito Empresarial sistematizado. Doutrina e prática. Saraiva. 4ª edição, 2015.

VIVANTE, Cesare. Instituições do Direito Comercial. Lisboa: Livraria Clássica, 1910.

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Penal II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021760	3º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: DIREITO PENAL. Conceitos Formal, material e Analítico do crime; Delito: crime e contravenção. Tipicidade – Formal e Material. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

OBJETIVOS:

GERAL

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa de direito penal.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar o exercício reflexivo através dos temas ministrados, estabelecendo as devidas correlações entre as regras gerais do Direito Penal e os princípios constitucionais;
- Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre as unidades ministradas;
- Ensejar incentivos à pesquisa e à elaboração monográfica nessa área
- Oferecer instrumentos teóricos e práticos para alicerçar bases do debate
- Discutir aspectos históricos, sociais e culturais sobre a disciplina, além de seus aspectos e elementos dogmáticos.
- Observar a aplicação prática e as conseqüências na sociedade/comunidades local e regional, mediante a interação no debate das reformas penais e de política criminal.
- Refletir sobre temas polêmicos e atuais do Direito Penal, demonstrando as posições jurídicas divergentes com o objetivo de fazer habitual o debate de teses, avançando para além dos manuais tradicionais e dos textos legais, utilizando análise do direito comparado.
- Criar uma estreita relação com os princípios do direito penal, suficiente para ensejar condições para análise e solução de problemas jurídicos, imprimindo um raciocínio jurídico numa visão

interpretativa sistemática, sob uma perspectiva de verticalidade constitucional, valorando princípios éticos, morais e humanitários.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. TEORIA GERAL DO CRIME (INFRAÇÃO PENAL)

- 1.1. Processo executivo da infração penal. Crime consumado. Crime tentado. Crime exaurido.
- 1.2. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.
- 1.3. Tentativa inidônea ou crime impossível.
- 1.4. Qualificação legal e doutrinária dos crimes.
- 1.5. Relação de causalidade material. Teorias. Posição do Código Penal Brasileiro. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão.
- 1.6. Concurso de pessoas na infração penal. Requisitos. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. O crime das multidões.

UNIDADE II

2. DA ANTIJURIDICIDADE

- 2.1. Causas da exclusão da criminalidade. (Justificativas Penais) - Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Exercício regular do direito. O consentimento do ofendido. Causas supra legais. Inexigibilidade de conduta diversa.

3. DA CULPABILIDADE

- 3.1. A culpabilidade. Teorias. A culpa. A preterintencionalidade. O dolo. A imputação objetiva.
- 3.2. A ignorância. O erro. O erro de tipo. O erro de proibição. Conseqüências. A coação irresistível. A obediência hierárquica.
- 3.3. Imputabilidade e responsabilidade. Doença mental. A menoridade. A emoção e a paixão. A embriaguez. Concurso de pessoas.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensinoaprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Geral**. 19 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.
MIRABETE, Júlio Frabbrini. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 29 ed. São Paulo: Atlas. 2013.
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro: Parte Geral**. 12 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo:RT. v. 1. 2013.

COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme. **Código Penal Comentado**. 13 ed. São Paulo: RT. 2013.
GRECCO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Vol I. 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2013.
JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: Parte Geral**. Vol I. 34 ed. São Paulo, Saraiva. 2013.

4º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Civil III

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032260	4º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda as relações obrigacionais oriundas da celebração de negócios jurídicos. Nesta, analisa-se o surgimento do vínculo obrigacional, as espécies de obrigação, sua extinção pela adimplência, e as consequências da inadimplência.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente o entendimento sobre as consequências de um negócio jurídico, como gerador de um vínculo obrigacional. Compreender como surgem as obrigações civis de natureza patrimonial. Diferenciar suas diversas espécies e suas repercussões dentro do contexto social e econômico.

ESPECÍFICOS

- Definir e classificar as obrigações civis.
- Estudar a natureza jurídica das obrigações civis.
- Estudar a constituição, existência e extinção das relações obrigacionais.
- Estudar as diversas formas de pagamento e sua e sua aplicação à prática jurídica.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria Geral das Obrigações

1.1. Obrigações, conceito, histórico, elementos constitutivos e fontes. Natureza dos direitos creditórios, distinção entre direitos de crédito e direitos reais. Controvérsias doutrinárias. Categorias jurídicas híbridas: obrigação “propterrem”, os ônus reais e obrigações com eficácia real. Sujeito, objeto e grau das obrigações.

1.2. Modalidades das obrigações, critério subjetivo e objetivo. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações alternativas, facultativas, divisíveis e indivisíveis, cumulativas, solidárias (ativa e passivamente) e subsidiárias.

1.3. Extinção das obrigações. Modo normal de extinção: a teoria do pagamento. Regras. Modos especiais de extinção: remissão, prescrição, decadência, caso fortuito, força maior, morte, incapacidade superveniente.

1.4. Pagamento indireto: quitação, consignação, pagamento com sub-rogação, dação em pagamento, novação, compensação, transação, confusão.

1.5. Pagamento indevido. Enriquecimento ilícito.

UNIDADE II

2. Teoria do inadimplemento

2.1. Inexecução voluntária e involuntária. Efeitos. Perdas e Danos.

2.2. Mora, conceito, elementos, espécies e efeitos. Purgação da mora.

2.3. Cláusula penal. Teoria dos riscos. Execução forçada.

3. Transmissão das Obrigações

3.1. Cessão de crédito. Conceito, modalidades, requisitos e efeitos. Assunção de dívidas.

Conceito, pressupostos, modos de realização e efeitos.

3.2. Tutela e garantia de créditos. Obrigações por declaração unilateral de vontades. Obrigação decorrente de ato ilícito: prestação de serviços comunitários.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino

aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Parte Geral, Vol. I, 11 ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, Novo Curso de Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 15ed. São Paulo, Saraiva, 2013.

NEVES, Silvio Batista, Ensaio de Direito Civil, São Paulo, Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

VENOSA, Sílvia de Salvo, Código Civil Interpretado, 2 ed. São Paulo, Atlas, 2011.

VENOSA, Sílvia de Salvo, Direito Civil, Parte Geral, Vol. I, 13ed. São Paulo, Atlas, 2013.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Constitucional III

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032460	4º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Controle de constitucionalidade no Brasil. Processo Legislativo. Hermenêutica constitucional

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar ao corpo discente os conceitos mais relevantes sobre o controle de constitucionalidade, o processo legislativo e a hermenêutica constitucional.

ESPECÍFICOS

- Explicar as diferentes formas de realização do controle de constitucionalidade das leis;
- Exemplificar, por meio de peças processuais, como ocorre, na prática, o controle de constitucionalidade;
- Analisar as fases do processo legislativo
- Analisar a importância dos princípios de hermenêutica constitucional para o estudo dos diversos temas de direito constitucional

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Controle de constitucionalidade das leis no Brasil: introdução
2. Espécies de inconstitucionalidade
3. Sistemas, modelos e momento de controle. Vias de ação do controle de constitucionalidade

4. Poderes e órgãos incumbidos da fiscalização da constitucionalidade das leis
5. Controle difuso de constitucionalidade das leis
6. Controle abstrato de constitucionalidade das leis
- 6.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN

UNIDADE II

- 6.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC
- 6.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão – ADO
- 6.4 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF
7. Processo Legislativo
- 7.1 Fases do Processo Legislativo: introdução, constitutiva e complementar
- 7.2 Processo de elaboração das emendas constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
8. Princípios de hermenêutica constitucional.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado visa preparar o discente para a vida profissional. A metodologia será pautada por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos. Serão utilizados diferentes procedimentos de ensino, com o auxílio de diferentes multimeios. São sugeridos os seguintes procedimentos metodológicos: aulas expositivas dialogada, leitura, discussão e produção de texto, além da pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, na vivência da metodologia, devem ser adotados trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª edição: Revista, ampliada e atualizada; Editora JusPodium. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional** - Volume Único, Edição 9ª, Editora: Forense, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

BULOS, UadiLammego. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Saraiva Editora. 2015.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Editora Saraiva, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. Malheiros. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed., Ed. JusPodvum, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição**. 38 ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MARTINS, Flávia Bahia. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed., Ed. Impetus, 2013.

MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. V.1 e V.2. Editora Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SILVA, Jose Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38 ed. Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. Saraiva, 2014.

TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional**. 24 ed. Editora Malheiros, 2012.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Processual Civil I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4021960	4º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Parte Geral do CPC. Competência jurisdicional civil. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiro. Atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Comunicações processuais. Prazos. Despesas processuais. Litigância de má-fé. Gratuita da justiça.

OBJETIVOS:

GERAL

Oportunizar aos acadêmicos o estudo teórico e prático dos tópicos relacionados na ementa, notadamente a análise de alguns institutos inerentes ao processo civil brasileiro, tais como: a competência, os sujeitos processuais, o litisconsórcio, a intervenção de terceiros e os atos processuais.

ESPECÍFICOS

- Analisar a competência jurisdicional cível;
- Examinar os principais sujeitos componentes da relação jurídica processual, explicitando a importância e o papel de cada um deles;
- Possibilitar a compreensão dos institutos do litisconsórcio e da intervenção de terceiros;
- Estudar os atos processuais previstos no Código de Processo Civil.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Competência jurisdicional civil.
2. Sujeitos processuais.
 - 2.1. Partes.
 - 2.1.1. Capacidades processuais.
 - 2.2. Juiz.
 - 2.3. Ministério Público.
 - 2.4. Advogados.
 - 2.5. Defensoria Pública.
 - 2.6. Auxiliares da Justiça.
3. Litisconsórcio.
4. Intervenção de terceiro.
 - 4.1. Introdução.
 - 4.2. Assistência.
 - 4.3. Denúnciação da Lide.
 - 4.4. Chamamento ao processo.
 - 4.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
 - 4.6. Amicus curiae.
5. Atos processuais.

UNIDADE II

6. Negócios jurídicos processuais.
7. Prazos.
8. Processo em autos eletrônicos e prática eletrônica de atos processuais.
9. Comunicações processuais.
 - 9.1. Citação.
 - 9.2. Intimação.
10. Despesas processuais.
11. Benefício da gratuidade da justiça.
12. Litigância de má-fé.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de

ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume 1, Editora JusPodvm, 17ª edição.
DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Volume 1, Editora JusPodvm, 17ª edição, 2015.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Millenium, 2000.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. Saraiva: São Paulo, 1º e 2º vol, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Forense, 1º vol., 2014.

COMPLEMENTAR

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil**. Volumes 1 e 2, São Paulo: Saraiva, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**. RJ: Editora Forense, 2012.

WAMBIER, Luiz Rodrigues e TALAMINE, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, volume 1. 14ª edição, Revista dos Tribunais, 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**, 4ª edição, 2014.

NEVES, Daniel Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**, Editora Método, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil. Processo de Conhecimento**, São Paulo: RT.

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Penal III

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4032360	4º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Teoria da pena e da medida de segurança. Efeitos da condenação. Aplicação da Pena. Reabilitação penal. Ação penal. Suspensão condicional da execução da pena (sursis). Livramento condicional. Causas de extinção da punibilidade.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica da teoria da pena e da medida de segurança, que encerram a Parte Geral do Direito Penal. Como compreender a teoria da pena e da medida de segurança no contexto do Direito Penal, utilizando um sistema lógico e dedutivo, tendo em vista os meandros da Execução Penal no Brasil, estabelecendo um juízo crítico e valorativo da realidade do sistema penitenciário brasileiro.

ESPECÍFICOS

- Identificar o que é a pena e a medida de segurança, as duas espécies de sanção penal existentes no sistema jurídico-penal brasileiro, com ênfase aos institutos jurídicos diretamente relacionados com a disciplina;
- Relacionar os temas com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito

na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais;

Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como formas de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Pena. Conceito. Classificação na doutrina. Finalidades da pena. Teorias da pena.

1.2. Classificação na lei penal brasileira. Aspectos constitucionais. Sistemas penitenciários clássicos. Penas privativas de liberdade. Regimes de cumprimento de Regras. Regime disciplinar diferenciado. Execução Provisória da pena. Direitos do preso. Remição. Detração Penal. Estabelecimentos penais.

1.3. Penas Alternativas. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Hipótese de conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.

2. DA MEDIDA DE SEGURANÇA

2.1. Medida de Segurança. Conceito. Pressupostos.

2.2. As Medidas de Segurança em espécie.

2.3. Do incidente de insanidade mental.

UNIDADE II

3. APLICAÇÃO DA PENAS PRIVATIVA DE LIBERDADE

3.1. Aplicação da pena privativa de liberdade. Critério Legal (trifásico).

3.2. Circunstâncias atenuantes e agravantes.

3.3. Causas de aumento e de diminuição de pena.

3.4. Efeitos da condenação penal.

3.5. Suspensão condicional da execução da pena e livramento condicional.

4. DA CONCORRÊNCIA DE CRIMES

4.1. Da ação penal pública. Divisão (incondicionada e condicionada). Características.

4.2. Da ação penal privada. Divisão. Características.

4.3. Do concurso de crimes. Concurso material. Concurso formal. Crime continuado.

5. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

5.1. Considerações gerais. Classificação.

5.2. Morte do agente. Da clemência soberana. Anistia. Graça. Indulto. Distinções. Identificar o que é a pena e a medida de segurança, as duas espécies sanção penal existentes no sistema jurídico-penal brasileiro; Relacionar os temas com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais; Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como formas de edificação de um senso crítico.

5.3. *Novatio legis*. Decadência. Perempção. Prescrição. Renúncia do direito de queixa. Perdão aceito nos crimes de ação privada. Retratação. Perdão Judicial.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal. Vol. I.** São Paulo. Saraiva, 18ª edição, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Geral. Vol. I.** São Paulo, Saraiva, 35ª edição, 2014.
- MASSON, Cleber. **Direito penal; parte geral; esquematizado.** São Paulo, Método, 7ª edição, 2013.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. I.** Atlas, 29ª edição, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo. RT, 11ª edição, 2015.

COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal**. São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2014.

BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Penal. Parte Geral**. Rio de Janeiro. Campus/Elsevier. 2014.

CAPEZ, Fernando. **Código Penal Comentado**. Porto Alegre. Verbo Jurídico, 5ª edição, 2014.

CUNHA, Rogério Sanches. **Código Penal para concursos**. Salvador. Bahia, Editora Podivm, 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**. Rio de Janeiro. Ímpetus, 15ª edição, 2014.

ESTEFAM, André. **Direito penal; parte geral**. São Paulo, Saraiva, 3ª edição, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo. RT, 13ª edição, 2014.

PRADO, LUIZ REGIS. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 13ª. Edição. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Empresarial II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042660	4º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A abordagem do Direito Empresarial II trará os fundamentos do Direito societário. De início analisará a sociedade como pessoa jurídica do Direito Privado através da personalidade jurídica oriunda da inscrição dos atos constitutivos no órgão competente e dos atributos advindos dela, tal como a autonomia patrimonial. Estudará as classificações nesta última a subdivisão em simples e empresárias. A disciplina também tem foco na desconsideração da personalidade jurídica e suas teorias. Serão detalhadas as peculiaridades da sociedade simples e de todos os tipos de sociedades empresariais. Por fim, estudam-se as operações societárias: fusões, incorporações, transformações e cisões.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer as modificações da atividade empresarial experimentadas pelo ordenamento brasileiro.
- Analisar a legislação empresarial vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes ao Direito Societário.
- Reconhecer instrumentos jurídicos creditícios que amparam o direito creditício. Analisar a legislação empresarial vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes ao Título de Crédito.
- Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no

cotidiano do labor jurídico.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer a função social da empresa que tem a maioria do exercício realizado pelas sociedades.
- Reconhecer que a viabilidade da sociedade tem-se na escolha do tipo societário com a conseqüente responsabilidade dos sócios.
- Identificar a empresa como um dos pilares da economia moderna, mantenedora de empregos, fontes de renda tributária, fornecedora de produtos e serviços, eficiente instrumento para o desenvolvimento econômico do país.
- Identificar que a sociedade como pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, tendo sobretudo autonomia patrimonial.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos pertinentes a atividade empresarial.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.
- Compreender a necessidade de profissionais de direito habilitados para o exercício empresarial com o vantajoso mercado de trabalho para quem se especializa nesta área.
- Reconhecer que o crédito é indispensável para a implementação de atividades empresariais.
- Reconhecer que a negociabilidade e executividade do título de crédito.
- Identificar as operações de transferência e garantidoras oriundas do título: endosso, aval.
- Compreender a aplicação jurídica de instrumentos como o protesto e a sua finalidade para o direito cambial.
- Identificar os contratos mercantis como instrumentos jurídicos mais utilizado pelo empresário hodiernamente.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos dos títulos de créditos.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Noções Gerais do Direito Societário
2. Personalidade jurídica
3. Desconsideração da personalidade jurídica
4. Classificação das sociedades
5. Sociedade simples
6. Sociedades não personificadas
7. Sociedade em nome coletivo

8. Sociedade em comandita simples
9. Sociedade limitada
10. Sociedade em comandita por ações
11. Sociedade anônima
12. Operações Societárias
13. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade
14. Controle e Grupo de Sociedades

UNIDADE II

15. O crédito: noção, elementos, importância.
16. Crédito e direito público. Sistema Financeiro Nacional.
17. Títulos de crédito: conceito, características. Natureza jurídica.
18. Emissão dos títulos de crédito.
19. Circulação dos títulos de crédito: Aceite, Aval e Endosso.
20. Espécies de títulos de crédito. Os títulos ao portador, à ordem e nominativos.
21. Títulos cambiais: Histórico. Legislação. Lei Uniforme de Genebra; sua introdução no direito brasileiro.
22. Protesto cambiário.
23. Ações cambiárias.
24. Letra de Câmbio.
25. A Nota Promissória.
26. O Cheque.
27. A Duplicata.
28. Títulos Impróprios

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas.

RAMOS, André Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. Método/Forense, 2015

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**, vol. 1, ED. Saraiva, São Paulo -SP.

COMPLEMENTAR

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. **Curso Avançado de Direito Comercial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

CAMPINHO, Sérgio. **O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil**. Renovar. CRUZ, André Luiz Santa. **Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro**. Juspodvim.

VIVANTE, Cesare. **Instituições do Direito Comercial**. Lisboa: Livraria Clássica, 1910.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial de Empresa**. São Paulo: Saraiva.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva.

BULGARELLI, Waldírio. **Direito Comercial**. São Paulo: Atlas.

NETO, Gonçalves/ Alfredo de Assis. **Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Bruno Mattos. **Direito de Empresa**. São Paulo: Atlas. GUSMÃO, Mônica. **Curso de Direito Empresarial**. Lúmen Júris.

MARTIN, Fran. **Curso de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Forense.

DÓREA, Dylson. **Curso de Direito Comercial**, vol.1, Edit. Saraiva, São Paulo- SP. MARTINS,

Frans. **Curso de Direito Comercial**, Edit. Forense, Rio de Janeiro-RJ.

5° PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Administrativo I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042560	5º	30	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: O direito administrativo e suas relações com outros ramos do direito. A administração pública na ordem jurídico-constitucional. O sistema administrativo brasileiro. O estudo dos poderes instrumentais da administração pública. Ato administrativo e servidores públicos.

OBJETIVOS:

GERAL

Fornecer aos alunos uma visão geral acerca dos conceitos basilares do direito administrativo (princípios, administração pública e agentes públicos), estimulando um raciocínio crítico-reflexivo sobre os institutos estudados, assim como a adequação do direito processual penal à realidade.

ESPECÍFICOS

- Despertar o interesse do aluno pelo direito administrativo, a fim de que compreenda a importância dos conteúdos tratados em sala de aula para o exercício da cidadania e da profissão que pretenda seguir;
- Discutir os temas da disciplina a partir de situações vivenciadas na atualidade;
- Explicitar as noções preliminares do direito administrativo (origem e evolução histórica), com a compreensão acerca dos princípios constitucionais explícitos (legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e eficiência) e implícitos (supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público);

- Analisar o regime jurídico administrativo de prerrogativas e sujeições, os poderes administrativos, com a visão do seu caráter instrumental para consecução do interesse público;
- Compreender a Administração Pública direta e indireta brasileira e os agentes públicos;
- Desenvolver visão crítica acerca do direito administrativo.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito administrativo como ramo do direito público e as suas relações com outras áreas da ciência do direito.

2. Conceito.

3. Evolução Histórica.

4. Princípios básicos do direito administrativo.

5. Fontes do direito administrativo.

6.A Administração Pública na ordem jurídico-constitucional. Princípios: importância dos princípios: princípios constitucionais de 1988. A reforma estatal: um novo estado gerencial. Sistema de jurisdição uno.

7. Os poderes da Administração Pública: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, poder de polícia e disciplinar.

UNIDADE II

8. Ato administrativo:

8.1 Diferenciar e classificar os atos administrativos.

8.2. Fatos e atos administrativos;

8.3. Requisitos de validade dos atos administrativos: competência, finalidade, forma, motivo, objetivo, mérito;

8.4. Classificação quanto ao conteúdo e quanto à forma;

8.5. Atributos do ato administrativo;

8.6. Desfazimento: revogação, anulação, e convalidação.

8.7. Ato administrativo e o Poder Judiciário.

9. Organização Administrativa. Caracterizar a organização administrativa por meio de seus órgãos e entidades.

9.1. Administração pública: Estado, Governo, Administração pública: conceito, natureza e fins;

9.2. Atividade administrativa: desconcentração, descentralização e centralização administrativa; órgãos públicos;

9.3. Administração indireta: normas aplicáveis, autarquia, fundação, sociedade de economia mista, empresa pública, organizações sociais, serviços sociais autônomos; agências reguladoras e executivas; Administração Pública atual e as modernas técnicas de gestão pública.

10. Agentes públicos: espécies. Regime jurídico dos servidores públicos. Os servidores, a reforma administrativa, militares e magistrados.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Lumen juris, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros. 2011.

DI PETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**, lei 11.448, de 15.01.2007 por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 39 ed. São Paulo: Malheiros. 2013.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 17ª Ed.. Revista dos Tribunais: Rio de Janeiro.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 14 ed. Ver. São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

CRETELLA JÚNIOR. **Curso de direito administrativo**. 15ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da Cunha. **Curso de direito administrativo**. 1ª ed. Salvador: Juspodium, 2009.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discricionariedade e controle jurisdicional**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Curso de direito administrativo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Unidade Curricular

Direito Financeiro

	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		5º	30	-	02

Autenticação

EMENTA

Urge nos dias atuais observar o fenômeno financeiro, notadamente no que tange às necessidades públicas e a forma de organizar as finanças públicas de forma crítica. É imprescindível compreender as novas demandas e exigências éticas e os impactos das posturas políticas, sociais e econômicas na atividade financeira do Estado. É sobre esse prisma plural, constitucional e crítico que a disciplina pretende colocar luz às questões afetas à receita, despesa, orçamento, formas de controle e responsabilidade fiscal.

II PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL: Compreender toda atividade financeira do Estado, englobando as necessidades pública e obtenção de receita, despesa, orçamento, formas de controle e responsabilidade fiscal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Capacitar o aluno para compreender toda a lógica da atividade financeira do estado, notadamente os novos paradigmas e desafios encontrados; possibilitar que o aluno desenvolva capacidade crítica para compreender as principais nuances da consecução de receitas, despesas e orçamento público, sobretudo as questões mais polêmicas no campo doutrinário e jurisprudencial acerca dos assuntos; desvelar os principais desafios éticos no que tange à responsabilidade e às finanças públicas de forma geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **DIREITO FINANCEIRO NA ORDEM CONSTITUCIONAL:** Necessidades públicas; Atividade Financeira do Estado; O Direito Financeira e sua Autonomia; Finanças Públicas na ordem constitucional: normas gerais (arts. 163-164, CF/88). Sistema Financeiro Nacional: instituições financeiras. Dívida pública.
2. **NOVOS PARADIGMAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS:** Novas demandas em virtude da transparência fiscal: as posturas exigidas da sociedade e do Estado. Análise crítica da gestão pública brasileira. A atuação do governo eletrônico. Corrupção como fator de atraso do desenvolvimento econômico.
3. **DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS SOB A ÓTICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS:** Os custos dos direitos sociais no Brasil. O mínimo existencial. As falhas das “escolhas públicas”. O necessário vínculo orçamentário para a efetivação dos direitos sociais. As receitas vinculadas para a saúde e a educação.
4. **ANÁLISE CRÍTICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL:** Da (in)justiça orçamentária. O descompasso entre as propostas de campanha, as leis orçamentárias e a execução do orçamento. A interferência do Poder Judiciário. A questão da “reserva do possível”.
5. **(DES) CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO:** Controle externo: o papel dos Tribunais de Contas no País. A indevida composição dos tribunais de contas. Controle interno. O controle social das Finanças Públicas: instrumentos e eficácia.
6. **RECEITAS PÚBLICAS:** Classificação e competência tributária. Federalismo fiscal e repartição de receitas. Os reflexos da vinculação das receitas para a saúde e a educação. Os reflexos da desvinculação das receitas da União. Crédito público: uma via de mão dupla.
7. **DESPESAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS:** Por uma teoria do gasto público. Os prejuízos sociais decorrentes do desvio de verba no Brasil. O descaso com os direitos sociais: falta verba ou competência?
8. **ÉTICA NA ERA DA RESPONSABILIDADE FISCAL:** Contextualização histórica; Principais princípios. A sua inobservância no País. Os tribunais da aplicação da LRF.
9. **FINANÇAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE:** Analisar os instrumentos de inclusão dos critérios ambientais na ordem financeira. Finanças públicas e meio ambiente.

METODOLOGIA: As aulas serão expositivas com abertura constante ao diálogo e debate com os alunos. Serão disponibilizados vídeos e textos sobre questões atuais relacionadas à disciplina para fomentar o debate e participação do corpo discente nas aulas. Os / As discentes apresentarão, ao final, um seminário com questões contemporâneas referentes à atuação fiscal do Estado, com o objetivo de colocar em prática os conhecimentos adquiridos no decorrer da disciplina. Aulas teóricas expositivas; aulas dialogadas, propiciando discussões e seminários temáticos.

AVALIAÇÃO: Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Além disso, serão realizados Seminários, Estudo de Casos e Jurisprudência.

III BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM, Marcus. Direito financeiro brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- BALEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Rio de Janeiro. Forense, 2016.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CAVALCANTE, Denise Lucena. Sustentabilidade financeira em prol da sustentabilidade ambiental. In: Novos horizontes da tributação: um diálogo luso-brasileiro. CADERNOS IDEFF INTERNACIONAL, n. 2, Coimbra: Almedina, p. 95-208, 2012.
- CAVALCANTE, Denise Lucena. A atuação da Administração Fazendária após a Lei n. 12.527/2011: a questão do acesso às informações fiscais. In: SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Transparência fiscal e desenvolvimento: homenagem ao Professor Isaias Coelho. São Paulo: FGV; Thompson Reuters, p. 119-137, 2013.
- FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- GOMES, Emerson C. S. O direito dos gastos públicos no Brasil. São Paulo: Almedina, 2015.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2018. JARDIM, Eduardo Maciel Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017.
- OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: RT, 2017.
- OLIVEIRA, Weder de. Curso de responsabilidade fiscal. 2. ed. v. I. Belo Horizonte: Fórum, 2015a.
- PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro. 6 ed. São Paulo: Método, 2018.
- RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Saraiva, 2017.
- STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. Tradução Dinis Pires. Lisboa: Bertrand, 2014.
- PASCOAL, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo – 10ª Edição, Editora: Método, 2019.*
- TORRES, Heleno Taveira. Direito constitucional financeiro: Teoria da Constituição Financeira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- TORRES, Heleno Taveira. Constituição financeira e o federalismo financeiro cooperativo equilibrado brasileiro. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 25-54, mar./ago.2014.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 20ª ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018.

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Processual Penal I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6033160	5º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Teoria Geral do Processo Penal. A Norma Processual Penal. Distinções básicas. Trilogia estrutural do processo. Investigação Criminal. Inquérito policial. Procedimento de Investigação Criminal do MP e outros procedimentos administrativos de investigação. Jurisdição e competência. Ação penal. Sujeitos do processo. Relação processual penal.

OBJETIVO GERAL

Fornecer aos alunos uma visão geral acerca dos principais conceitos e categorias do direito processual penal, estimulando um raciocínio crítico-reflexivo acerca dos institutos estudados, assim como a adequação do direito material ao processual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver a utilização de ferramentas para que os alunos possam, de acordo com o conteúdo trabalhado, compreender e discutir teoria voltada aos fatos vivenciados diariamente. Estimular a adequação do que fora trabalhado no direito material ao direito processual penal. Discutir a importância dos princípios diante da prática processual criminal. Analisar temas referentes ao direito processual penal. Motivar o estudante à leitura, ao manuseio da Lei; Desenvolver habilidades específicas que auxiliem no desenvolvimento de uma visão crítica e justa diante do contexto processual criminal. Capacitar profissionais para o exercício de atividade profissional futura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. O Processo Penal. Princípios informadores;
2. Da Eficácia da Lei Processual Penal. No tempo e no espaço;
3. Do Inquérito Policial;
4. Da Investigação Criminal do MP e outros procedimentos de investigação;

5. Ação Penal. Pública e Privada. Privada Subsidiária da Pública;
 6. Jurisdição e Competência. Espécies;
- UNIDADE II
7. As exceções. Espécies;
 8. Sujeitos Processuais. Acusador, acusado, defensor, assistente, juiz;
 9. Da Prisão e espécies.
 10. Da Liberdade Provisória, com e sem fiança.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Demercian, Pedro Henrique. **Curso de Processo Penal**. Ed. Atlas.
- Mossin, HeractloAntonio. **Curso de Processo Penal**. Ed. Atlas.
- Tourinho Filho, Fernando da Costa. **Processo Penal**. Ed. Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARNELUTTI, Francesco. **As Misérias do Direito Penal**. 2 ed. São Paulo: Russel, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual do Processo Penal**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e Sua Conformidade Constitucional**. 4ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, vol. 1.

_____. **Direito Processual Penal e Sua Conformidade Constitucional**. 2ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, vol. 2.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Penal IV

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5032360	5º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica e prática da Parte Especial do Código Penal, estudando os crimes em espécie. Como compreender a estrutura dos tipos penais, no contexto do Direito Penal, utilizando um sistema lógico e dedutivo, tendo em vista os aspectos diferenciadores de cada crime, estabelecendo um juízo crítico e valorativo da legislação brasileira.

ESPECÍFICOS

- Identificar cada tipo penal, a partir de sua definição legal, com ênfase aos crimes de maior relevância dentro do ordenamento jurídico-penal brasileiro;
- Relacionar os tipos penais com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais;
- Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como formas de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Dos crimes contra a pessoa.

UNIDADE II

2. Dos crimes contra o patrimônio.
3. Dos crimes contra a propriedade imaterial.
4. Dos crimes contra a organização do trabalho.
5. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal. Vol. II.** São Paulo. Saraiva, 14ª edição, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal, Parte Especial. Vol. III.** São Paulo, Saraiva, 22ª edição, 2014.
- MASSON, Cleber. **Direito penal; Parte Especial Esquematizado.** São Paulo, Método, 4ª edição, 2014.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal. Vol. III.** Atlas, 29ª edição, 2014.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal. Parte Geral. Parte Especial.** São Paulo. RT, 9ª edição, 2014.

COMPLEMENTAR

- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal.** São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2014.
- BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Penal. Parte Especial.** Rio de Janeiro. Campus/Elsevier. 2015.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Especial.** São Paulo. Saraiva, 10ª edição, 2014.
- CAPEZ, Fernando. **Código Penal Comentado.** Porto Alegre. Verbo Jurídico, 4ª edição, 2014.
- CUNHA, Rogério Sanches. **Código Penal para concursos.** Salvador. Bahia, Editora Podivm, 7ª. edição, 2014.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol III.** Rio de Janeiro. Ímpetus, 10ª edição, 2014.
- ESTEFAM, André. **Direito penal; parte Especial.** São Paulo, Saraiva, 2ª edição, 2013.
- MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado.** São Paulo. Editora Método, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** São Paulo. RT, 13ª edição, 2014.
- PRADO, LUIZ REGIS. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 13ª edição, 2014.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil IV

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042960	5º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito civil, especificamente sobre a teoria geral dos contratos e suas espécies. Analisa-se o conceito dos contratos, bem como suas espécies. Estuda a evolução histórica, a função social dos contratos, os princípios fundamentais do direito contratual, da formação dos contratos, classificação dos contratos. Por fim, estuda-se estipulação em favor de terceiro, da promessa de fato de terceiro, os vícios redibitórios, evicção, extinção do contrato e as espécies de contrato e suas influências no nosso ordenamento jurídico.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito contratual. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e dimensão ética relacionados a ciência global do direito instrumental. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Identificar o que é a teoria geral dos contratos;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no ordenamento jurídico pátrio;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito.
2. Evolução histórica.
3. Função social do contrato.
4. Princípios fundamentais do direito contratual.
5. Da formação dos contratos.
6. Classificação dos contratos.
7. Da estipulação em favor de terceiro.
8. Da promessa de fato de terceiro.

UNIDADE II

9. Vícios redibitórios.
10. Evicção
11. Da extinção do contrato.
12. Das várias espécies de contrato.
13. Da compra e venda.
14. Da troca ou permuta.
15. Mandato.
16. Fiança.
17. Do seguro.
18. Do jogo e aposta.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 3: Contrato e atos unilaterais – 12ªed.. São Paulo: Saraiva, 2015

Gagliano, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil - Contratos Em Espécie - Vol. 4 - Tomo II - 8ª Ed. 2015. São Paulo. Editora Saraiva.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos – 5 volumes. 7ª ed. 2013. São Paulo. Editora Saraiva.

GOMES, Orlando. Contratos. 26ª ed. Editora Saraiva. 2008.

Monteiro, Washington de Barros, Curso de Direito Civil - Vol. 5 - Direito Das Obrigações - 2ª Parte - 41ª Ed. 2014.

Matielo, Fabricio Zamprognna. Curso de Direito civil, volume 3: dos contratos e dos atos unilaterais. São Paulo: LTr, 2010.

Pereira, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil - Vol. III - Contratos - 19ª Ed. 2015.

Código Civil, Escola Superior da Advocacia de Pernambuco, 2014. OAB-PE.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Civil II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042860	5º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Processo de conhecimento. Petição inicial. Resposta do réu. Direito probatório. Decisão judicial. Precedente judicial. Coisa julgada. Tutela provisória. Suspensão do processo.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar o estudo minudente da cognição judicial, notadamente a formação da relação jurídica processual, a suspensão do processo, o direito probatório, a extinção do processo, a coisa julgada, bem como a tutela provisória.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar a compreensão do processo de conhecimento, notadamente a sua formação e as hipóteses que ensejam a sua suspensão e extinção.
- Relacionar o objetivo, as formalidades e a ordem dos trabalhos na audiência preliminar e na audiência de instrução e julgamento.
- Estudar de forma aprofundada direito probatório, sobretudo a teoria geral das provas e os meios de prova.
- Analisar o instituto da coisa julgada, principalmente as espécies.
- Examinar a tutela provisória, sobretudo as suas modalidades.

-Possibilitar a compreensão acerca das decisões e dos precedentes judiciais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria da cognição judicial.
2. Formação do processo.
3. Petição inicial.
 - 3.1. Conceito.
 - 3.2. Requisitos.
 - 3.3 Pedido.
 - 3.3.1. Conceito.
 - 3.3.2. Requisitos.
 - 3.3.3. Espécies.
 - 3.3.4. Cumulação.
 - 3.3.5. Ampliação e redução do pedido
 - 3.3.6. Interpretação.
 - 3.4. Emenda da petição inicial.
 - 3.5. Indeferimento da petição inicial.
4. Improcedência liminar do pedido.
5. Audiência de mediação e conciliação.
6. Teoria da defesa e resposta do réu.
 - 6.1. Contestação.
 - 6.2. Reconvenção.
 - 6.3. Revelia.
7. Arguição de impedimento e suspeição.
8. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo.

UNIDADE II

9. Audiência de saneamento e organização do processo.
10. Audiência de instrução e julgamento.
11. Direito probatório.
 - 11.1. Teoria Geral da Prova.
 - 11.2. Parte geral do direito probatório.
 - 11.3. Depoimento da parte.
 - 11.4. Confissão.

- 11.5. Perícia.
- 11.6. Prova testemunhal.
- 11.7. Prova documental.
- 11.8. Exibição de documento ou outra coisa.
- 11.9. Inspeção judicial.
12. Suspensão e extinção do processo.
13. Decisão judicial.
14. Precedente judicial.
15. Coisa julgada.
16. Tutela provisória.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**, 24 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 15 ed. Salvador: Jus Podium. 2013.

MONTENEGRO Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 2013.

COMPLEMENTAR

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao CPC**. Rio de Janeiro:Forense. LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

NERY JR., Nelson. **Princípios Fundamentais: Teoria Geral dos Recursos**. São Paulo: RT PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao CPC**. Rio de Janeiro: Forense.

DONIZETTI, Elpidio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

GRECO Filho, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. THEODORO Jr., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**, 1ª Ed., Editora Revista do Tribunais, 2015.

FUX, Luiz e Neves, Daniel Amorim Assunção. **Novo CPC Comparado. Totalmente confrontado**, Editora Gen, 2015.

6º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Administrativo II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053260	6º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Contratos Administrativos. Licitações

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar ao corpo discente os conceitos mais relevantes sobre os contratos administrativos e o procedimento licitatório

ESPECÍFICOS

- Conceituar os contratos administrativos;
- Exemplificar os principais contratos administrativos;
- Estabelecer as principais diferenças entre os contratos administrativos e os contratos de direito privado;
- Analisar a importância do procedimento licitatório;
- Estudar os princípios, os tipos e as modalidades de licitação;
- Verificar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- Analisar as fases do procedimento licitatório.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Contratos Administrativos

- 1.1 Conceito e pontos distintos dos contratos de direito privado;
- 1.2 Características dos contratos administrativos;
- 1.3 Cláusulas exorbitantes;
- 1.4 Prazo dos contratos administrativos;
- 1.5 Extinção dos contratos e a teoria da imprevisão;
- 1.6 Alguns exemplos de contratos administrativos.

UNIDADE II

2. Licitação
- 2.1 Conceito e princípios;
- 2.2 Casos de inexigibilidade de licitação;
- 2.3 Casos de dispensa de licitação;
- 2.4 Modalidades e tipos de licitação;
- 2.5 Fases do procedimento licitatório.
- 2.6 Anulação e revogação da licitação

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de carácter multifacetado visa preparar o discente para a vida profissional. A metodologia será pautada por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos. Serão utilizados diferentes procedimentos de ensino, com o auxílio de diferentes multimeios. São sugeridos os seguintes procedimentos metodológicos: aulas expositivas dialogada, leitura, discussão e produção de texto, além da pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, na vivência da metodologia, devem ser adotados trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem carácter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BOTTINO, Marco Túlio. **Manual Prático das Licitações**. São Paulo: Saraiva.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplicado**. 21. ed.rev., atual e ampl.. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo; Método, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 16. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 6. ed.. Niterói: Impetus, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

COMPLEMENTAR

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 10. ed.. São Paulo: Dialética, 2004.

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Processual Penal II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7063860	6º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito processual penal. Nesta, analisa-se o conceito de prova dentro de uma teoria geral da prova, bem como as suas espécies. Estuda também as formas de comunicação dos atos processuais, prazos no processo penal, perfazendo toda uma visão ampliada do processo e de seus procedimentos, de caráter geral e especial.

OBJETIVO GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito processual penal. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito instrumental. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar o que é a ciência processual penal;

Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no mundo do prático-constituendo;

Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. A prova no processo penal;
2. Atos de comunicação processual;
3. Dos prazos processuais e sua contagem;
4. Do processo.

UNIDADE II

5. Dos procedimentos;
6. Das Nulidades.
7. Sentença e sua estrutura lógica.

METODOLOGIA E MEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensinoaprendizagem com o auxílio de diferentes meios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas mantendo uma dialética democrática com alunos, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem, podendo ser aplicados testes periódicos para auferir se os conteúdos ministrados estão sendo apreendidos pelos alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, **Curso de Direito Processual Penal**, São Paulo, Saraiva, 2010.
NUCCI, Guilherme de Sousa. **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo. Saraiva. 2009.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli, **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo. Del Rey. 2009.

COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Cláudio. **Teoria Jurídica do Crime**. São Paulo. Forense. 2009
GOMES, Luis Flavio. **Direito Processual Penal**. Vol. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2007
REIS, Alexandre Celmanet al, **Processual Penal**. São Paulo. Saraiva. 2009

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Civil V (Responsabilidade Civil e Direito Desportivo)

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053560	6º	60	-	04	-

Autenticação

PLANO DE CURSO

EMENTA: Estudo da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade. Função social e evolução. Teoria geral da responsabilidade civil. O dano: definição, espécie e elementos. Conduta e nexos causal. Teorias acerca do nexos causal. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Teoria da culpa e teoria do risco. Da cláusula geral de responsabilidade objetiva no novo Código Civil. DIREITO DESPORTIVO: Introdução ao Direito Desportivo. Evolução histórica. Fundamentos, fontes e princípios. Interdisciplinaridade. Direito Desportivo Internacional. Principais organismos internacionais. Comitê Olímpico Internacional e FIFA. Direito Desportivo Disciplinar: Justiça Desportiva: composição, organização, funcionamento e competência. Tribunais de Justiça Desportiva e Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Tribunal Arbitral do Esporte. Estatuto do Torcedor. Princípios. Disposições específicas. Responsabilidade civil desportiva.

OBJETIVOS:

GERAL

Contextualizar a responsabilidade civil sob o espectro constitucional, dando-lhe uma nova roupagem funcional. Estudar o direito desportivo e seus aspectos gerais.

ESPECÍFICOS

Estudar a evolução dos conceitos inerentes ao instituto da responsabilidade civil. Empreender o espírito da solidariedade como escopo da integral e efetiva indenização às vítimas. Questionar e entender a questão da socialização do risco. Analisar as hipóteses concretas de aplicação das diversas teorias envolvidas na responsabilidade civil no tocante à cada instituto jurídico específico. Analisar as principais regras atinentes ao Direito Desportivo.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Responsabilidade Civil Como Uma Problemática Jurídica.
2. Responsabilidade Civil: Evolução, Conceito E Pressupostos.
3. Dano: Conceito, Espécies, Elementos E Sua Reparação. O dano moral.
4. Responsabilidade Contratual Por Inadimplemento.
5. Responsabilidade Extracontratual.
6. Responsabilidade civil subjetiva.
7. Responsabilidade civil objetiva.
8. Teoria do Risco. Espécies, princípios e teorias adotadas pela doutrina e pela legislação.
9. Responsabilidade civil transubjetiva.
9. Responsabilidade civil pelo fato da coisa.
10. Responsabilidade civil no CDC.
11. Responsabilidade civil do profissional liberal.
12. Responsabilidade civil decorrente do abuso de direito.

UNIDADE II

12. Da cláusula de não indenizar.
13. Da influência da sentença penal condenatória sobre o juízo cível.
14. Da liquidação do dano e do Arbitramento do dano moral.
15. Introdução ao Direito Desportivo. Evolução histórica. Fundamentos, fontes e princípios. Interdisciplinaridade.
16. Direito Desportivo Internacional. Principais organismos internacionais. Comitê Olímpico Internacional e FIFA.
17. Direito Desportivo Disciplinar: Justiça Desportiva: composição, organização, funcionamento e competência. Tribunais de Justiça Desportiva e Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Tribunal Arbitral do Esporte.
18. Estatuto do Torcedor. Princípios. Disposições específicas.

19. Responsabilidade civil desportiva.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MOARAES, Maria Celina Bodim de. Danos à Pessoa Humana. Uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro. São Paulo. Recife. Renovar. 2003.

RODRIGUES, Sylvio. Curso de Direito Civil. Ed. Saraiva.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de et. Al. Direito Desportivo. Belo Horizonte: Arraes Editores.

COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Ed. Saraiva.

GOMES, Orlando. Direitos Reais. Ed. Forense.

MACHADO. Rubens Approbato et. al. Curso de Direito Desportivo Sistemico, v2. São Paulo, Quartier Latin, 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Processual Civil III

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR 6053460	6º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Processo nos tribunais. Recursos. Ação rescisória. Julgamento de casos repetitivos. Reclamação. Teoria dos Procedimentos especiais. Mandado de segurança. Ações possessórias. Ação de família.

OBJETIVOS:

GERAL

Oportunizar aos estudantes o estudo teórico e prático acerca dos recursos, notadamente os seus aspectos gerais e suas espécies, bem como a ação rescisória, a reclamação e o julgamento de casos repetitivos, propiciando, ainda, a compreensão sobre os procedimentos especiais existentes no sistema jurídico processual.

ESPECÍFICOS

- Pontuar a dinâmica do sistema recursal no processo civil a partir da garantia do duplo grau de jurisdição.
- Classificar os atos do juiz segundo sua natureza jurídica, apontando os meios de impugnação adequados a corrigir possíveis erros na prestação jurisdicional;
- Diferenciar o juízo de admissibilidade do juízo de mérito dos recursos, a partir de seus requisitos e dos órgãos competentes para fazê-los;
- Discorrer sobre cada recurso em espécie previsto no CPC, seu modo de interposição, requisitos para o processamento e efeitos;
- Estudar a ação rescisória, sobretudo as hipóteses de cabimento;
- Analisar o microsistema das tutelas das causas repetitivas;
- Propiciar o entendimento acerca da teoria dos procedimentos especiais previstos no CPC, analisando

algumas espécies de tais procedimentos.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Ordem dos processos nos tribunais.
2. Recursos.
 - 2.1. Parte geral.
 - 2.2. Recursos em espécie.
 - 2.2.1. Apelação.
 - 2.2.2. Agravo de instrumento.
 - 2.2.3. Embargos de declaração.
 - 2.2.4. Agravo interno.
 - 2.2.5. Recurso ordinário.
 - 2.2.6. Recurso especial e extraordinário.
3. Ação rescisória.
4. Reclamação.
5. Microsistema de tutela das causas repetitivas: julgamento de casos repetitivos.
 - 5.1. Incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - 5.2. Recursos especiais e extraordinários repetitivos.
6. Incidente de assunção de competência.

UNIDADE II

7. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.
8. Remessa necessária.
9. Teoria dos Procedimentos Especiais.
10. Mandado de segurança
 - 10.1. Generalidades.
 - 10.2. Mandado de segurança contra ato judicial.
 - 10.3. Pedido de suspensão de segurança.
11. Ações possessórias.
12. Ações de Família.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino

algumas espécies de tais procedimentos.
aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Donizetti, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil, 18ª ed. Editora Atlas, 2014.

Filho, Misael Montenegro. Curso de Direito Processual Civil – Processo de Execução, vol. II, Editora Atlas, 2014.

Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 4ª ed.. 2014. Editora Saraiva.

COMPLEMENTAR

SOUZA E SILVA, Rinaldo Mouzalas, 7ª edição, revisada, atualizada e ampliada, 2014. Editora JusPodium.

BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil, 14ª ed. 2010..

MOREIRA, J. C. Barbosa. O novo processo civil brasileiro. Editora Forense.

ALVIM, José Manoel Arruda. Manual de Direito Processo Civil. 14ª ed. Editora Revista dos Tribunais.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. Editora Saraiva. 12ª ed.

JUNIOR, Fredie Didier; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Saruo; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil, . vol. 5, 6ª Ed., Juspodium, 2014.

JUNIOR, Nelson Nery e NERY, Rosa Maria de A.. Comentários ao Código de Processo Civil, 1ª Ed. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARCATO, Antônio Carlos. Código de Processo Civil Interpretado. Editora Atlas, 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Penal V/ Infância e Juventude

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053660	6º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Estatuto da Criança e do Adolescente.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica e prática da Parte Especial do Código Penal, estudando os crimes em espécie. Como compreender a estrutura dos tipos penais, no contexto do Direito Penal, utilizando um sistema lógico e dedutivo, tendo em vista os aspectos diferenciadores de cada crime, estabelecendo um juízo crítico e valorativo da legislação brasileira.

ESPECÍFICOS

- Identificar cada tipo penal, a partir de sua definição legal, com ênfase aos crimes de maior relevância dentro do ordenamento jurídico-penal brasileiro;
- Relacionar os tipos penais com a realidade prática, mostrando a responsabilidade do operador do direito na efetivação dos direitos frente aos dispositivos legais vigentes;
- Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como formas de edificação de senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

<p>Dos crimes contra a dignidade sexual: conceito, modificações da Lei 12.015/2009. Do estupro: conceito, objeto jurídico e objeto material, elementos objetivos do tipo; elemento subjetivo do crime, consumação e tentativa, concurso de crimes, classificação doutrinária. Ação penal. Formas. Entendimentos jurisprudenciais. Exercício de revisão.</p>
<p>Violação sexual mediante fraude (art. 215, CP): conceito, estrutura típica e exemplos. Importunação sexual (art. 215-A, criado pela Lei 13.718/2018): conceito, estrutura típica e exemplos.</p>
<p>Assédio sexual (art. 216-A, CP): conceito, estrutura típica e exemplos. Registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B, CP, criado pela Lei 13.772/2018): conceito, estrutura típica e exemplos. Exercício de revisão.</p>
<p>Dos crimes sexuais contra vulnerável. Do estupro de vulnerável (art. 217-A): conceito, objeto jurídico e objeto material, elementos objetivos do tipo, elemento subjetivo do crime, consumação e tentativa, formas, concurso de crimes, classificação doutrinária. Análise de casos.</p>
<p>Arts. 218, 218-A, 218-B e 218-C, (criado pela Lei 13.718/2018), do CP: estrutura típica e análise de casos práticos. Arts. 225, 226 e 234-A, CP (ação penal e majorantes). Exercício de revisão. DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS: Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227, CP). Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228, CP). Estabelecimento de prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 229 do CP). Rufianismo (art. 230). Arts. 231 e 231-A (revogados pela Lei 13.344/2016), art. 149-A (acrescido pela Lei 13.344/2016): estrutura típica e análise de casos práticos. Arts. 233, 234, CP.</p>
<p>Dos crimes contra a Administração Pública: Título XI da Parte Especial do CP: conceito de administração pública, objeto jurídico dos crimes funcionais; corrupção e improbidade administrativa, ilícito penal e ilícito administrativo, classificação dos crimes funcionais, concurso de pessoas nos crimes funcionais, conceito de funcionário público e o procedimento especial do art. 514 do CPP. Dos crimes contra a Administração Pública em espécie: Do peculato (arts. 312, 313, 313-A e 313-B do CP).</p>
<p>Dos crimes contra a Administração Pública em espécie: Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento (art. 314 do CP), Emprego irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315, CP). Concussão (art. 316, CP), Corrupção passiva (art. 317), Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318, CP), Prevaricação (art. 319): estrutura típica e análise de casos práticos. Arts. 320 a 326 do CP. Exercício de revisão para a primeira avaliação.</p>

UNIDADE II

<p>Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), evolução histórica, Direito da Infância e Juventude, doutrina da proteção integral, Disposições preliminares do ECA e direitos fundamentais, colocação em família substituta (guarda, tutela e adoção).</p>

Exercício de revisão.

ECA: Prevenção como dever de todos, política de atendimento, Conselho de Direitos, Conselho Tutelar. Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; ato infracional e medidas socioeducativas, acesso à justiça. Competência da Vara da Infância e da Juventude. ECA: Apuração de ato infracional, medidas socioeducativas, acesso à justiça. Crimes e infrações administrativas.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

Avaliação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BÁSICAS:

1- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. III. São Paulo. Saraiva, 16ª edição, 2017.

- 2- JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. Parte especial. Vol. III. São Paulo, Saraiva, 23ª edição, 2015.
- 3- MASSON, Cleber. Direito penal; parte geral; esquematizado, vol. III. São Paulo, Método, 7ª edição, 2017.
- 4- MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. II. Atlas, 33ª edição, 2016.
- 5- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Forense, 13ª. Edição, Rio de Janeiro, 2017.

COMPLEMENTAR

- 6- ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Manual de Direito Penal. São Paulo, Saraiva, 10ª edição, 2014.
- 7- BARROS, Francisco Dirceu. Direito Penal. Parte Especial. Rio de Janeiro. Campus/Elsevier. 2015.
- 8- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. III São Paulo. Saraiva, 13ª edição, 2017.
- 9- CAPEZ, Fernando. Código Penal Comentado. Porto Alegre. Verbo Jurídico, 7ª edição, 2016.
- 10- CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal para concursos. Salvador. Bahia, Editora Podivm, 11ª, edição, 2018.
- 11- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte especial – vol. III. Rio de Janeiro. Ímpetus, 14ª edição, 2017.
- 12- GRECO, Rogério. Código Penal comentado. Rio de Janeiro. Ímpetus, 11ª edição, 2017.
- 13- MASSON, Cleber. Código Penal Comentado. 5ª. ed. Revista, atualizada e ampliada - Rio de Janeiro. São Paulo: Método, 2017.

REFERÊNCIAS SOBRE O ECA:

- 1- Andrade, Regina Ferreira Lobo de, Carneiro, Rosa Maria Xavier Gomes. Curso de Direito da Infância e da Juventude, São Paulo, Saraiva, 13ª. edição, 2021.
- 2- BARROS, Guilherme Freire de Melo. Direito da Criança e do Adolescente. Salvador, Bahia, Editora JusPODIVM, 15ª. edição, revista e atualizada, 2021.
- 3- DIGIÁCOMO, Murillo Joé; Ideara de Amorim. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado (atualizado até a Lei 13.869, de 04 de setembro de 2019). 8ª. edição revista e ampliada. MPPR, Curitiba, junho de 2020.
- 4- ISHIDA, Válder Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente – doutrina e jurisprudência. Salvador, Bahia, Editora JusPODIVM, 20ª. edição, 2019.
- 5- PAULA, Paulo Afonso Garrido. Direito da Criança e do Adolescente e tutela jurisdicional diferenciada – São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- 6- ROSSATO, Luciano Alves. LÉPORE, Paulo Eduardo. CUNHA, Rogério Sanches. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei N. 8.069/90 – Comentado. São Paulo, Saraiva, 11ª. edição, 2019.
- 7- SILVA PEREIRA, Tânia da. Direito da criança e do adolescente – uma proposta interdisciplinar. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 2008.

7º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Administrativo III

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7063961	7º	30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito administrativo. Nesta, analisa-se o conceito de serviços públicos, a interrelação com as concessões e permissões. Estuda a responsabilidade civil do Estado, servidores públicos, intervenção do Estado na propriedade privada, dando ênfase a desapropriação, controle da Administração Pública, bens públicos. Por fim, estuda-se a atuação do Estado no domínio econômico e improbidade administrativa.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito administrativo, especificamente os assuntos de maior intervenção e participação do Estado. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito instrumental. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Identificar como é a atuação do Estado, sua intervenção na propriedade privada, seu controle administrativo, sua responsabilidade civil e seus agentes públicos;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no mundo jurídico;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Serviços Públicos.
2. Concessão e permissão dos serviços públicos.
3. Responsabilidade Civil do Estado;
4. Servidores Públicos.

UNIDADE II.

5. Intervenção do Estado na Propriedade Privada.
6. Desapropriação.
7. Improbidade Administrativa.
8. Atuação do Estado no Domínio Econômico.
9. Controle da Administração Pública.
10. Bens Públicos.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a

construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo 28ª ed. Editora Atlas. 2015

Marinela, Fernanda. Direito Administrativo 8ª ed. Editora Impetus. 2014.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella 28ª ed. 2015. Editora Atlas.

COMPLEMENTAR

Gasparini, Diogenes. Direito Administrativo. 17ª ed. 2012. Editora Saraiva

Justen Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 10ª ed. 2014. Editora Revista dos Tribunais.

Alexandrino, Marcelo Paulo, Vicente Direito Administrativo Descomplicado - Acompanha Caderno de Questões - 23ª Ed. 2015. Editora Método.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito do Trabalho I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR4022060	7º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Analisa-se o conceito de direito do trabalho, características, denominação, divisão do direito do trabalho, natureza jurídica, formação histórica, fontes e princípios do direito do trabalho, relação de emprego e relação de trabalho, contrato de trabalho. Estuda o relacionamento do empregado e empregador, direitos e deveres no âmbito do contrato. Estuda-se sobre FGTS, estabilidade, jornada de trabalho, terceirização, salário, férias, dano e seus reflexos, suspensão e interrupção do contrato de trabalho e extinção do contrato de trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito individual do trabalho. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar a formação teórico-prático do aluno;
- Identificar o que é a ciência do direito do trabalho;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no ordenamento jurídico pátrio;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito do trabalho (histórico).
2. Fontes de direito do trabalho.
3. Princípios do direito do trabalho.
4. Relação de emprego.
5. Relação de trabalho.
6. Empregados domésticos.
7. Trabalhadores rurais.
8. Empregador e sucessão de titulares da empresa.
9. Terceirização.
10. Contrato de trabalho.

UNIDADE II.

11. Alteração, interrupção e suspensão do contrato de trabalho.
12. Remuneração e salário.
13. Jornada de trabalho.
14. Estabilidade.
15. FGTS.
16. Aviso prévio.
17. Extinção do contrato de trabalho.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

O curso terá o conteúdo explorado através de aulas expositivas abertas ao debate. Para tanto, recomendar-se-á aos alunos que tenham uma prévia leitura dos textos, sugeridos em sala de aula. Sobretudo, durante a vivência acadêmica em nossa faculdade.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será realizado necessariamente em forma de prova escrita e possíveis trabalhos ou seminários sobre o conteúdo ministrado, além de resolução de exercícios.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 10ª EDIÇÃO. 2014. Editora Método\Forense.
- Delgado, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 14ª edição. Editora LTR. FEVEREIRO 2015.
- Saraiva, Renato. Direito do trabalho para concursos públicos. 16ª EDIÇÃO 2014. Editora Método.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 40ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Consolidação das Leis do Trabalho. Armando Casimiro Costa Filho, 44ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

CLT Organizada. Isabelli Gravatá. 6ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho, São Paulo: Método, 9ªEd. 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Processual Civil IV

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR064160	7º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Execução e cumprimento de sentença. Execuções especiais. Ação monitória. Embargos de terceiros.

OBJETIVOS:

GERAL

Análise do Processo de Execução, com o estudo dos diversos tipos ou espécies de execução e as defesas oponíveis na execução pelo devedor e por terceiros.

ESPECÍFICOS

- Estudar a teoria geral da execução civil, sobretudo os princípios aplicáveis e as normas gerais correlatas previstas no CPC.
- Diferenciar os títulos executivos judiciais e extrajudiciais e a dinâmica procedimental em relação a execução de cada título;
- Analisar os procedimentos especiais de execução, dando ênfase a execução fiscal, execução de alimentos, execução contra a fazenda pública, execução hipotecária e a execução contrato garantido por alienação fiduciária.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria da Execução Civil.
2. Parte geral da execução civil.
3. Execução de título judicial (com todos os desdobramentos).
4. Execução de título extrajudicial (com todos os desdobramentos).

UNIDADE II

5. Procedimentos especiais de execução.
 - 5.1. Execução fiscal.
 - 5.2. Execução de alimentos.
 - 5.3. Execução contra a Fazenda Pública.
 - 5.4. Execução hipotecária.
 - 5.5. Execução de contrato garantido por alienação fiduciária.
6. Procedimentos especiais relacionados à execução.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial

atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BÁSICA FILHO, Misael Montenegro, Curso de Direito Processual Civil – Medidas de urgência, Tutela Antecipada e Ação Cautelar, Procedimentos Especiais, vol.2, 9ª ed, Editora Atlas, São Paulo, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme, Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos Especiais, vol.5, ed. 5, Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DONIZETTI, Elpídio, O Novo Processo Cautelar, 2ª ed, Editora Lumen Juris.

COMPLEMENTAR

ALVIM, José Manoel Arruda. Manual de direito processual civil I, II e III

ARAGÃO, Egas Dirceu Muniz. Comentários ao código de processo civil

BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao código de processo civil

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo e outros. Teoria geral do processo

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 7 ed. 2013 GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro

LIEBMAN, Enrico Túllio. Manual de direito processual civil

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Comentários ao código de processo civil WAMBIER, Luiz Rodrigues, Curso Avançado de Processo Civil V.3, 8ª ed, Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

MOREIRA, J.C. Barbosa. O novo processo civil brasileiro

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil

THEODORO JUNIOR, Humberto. Processo de cautelar. SANTOS, Ernani Fidelis, Manual de Direito Processual Civil, vol. 3, 12ª ed, Ed. Saraiva, 2008.

KLIPPEL, Rodrigo e BASTOS, Antônio Adomas. Manual de Direito Processual Civil, vol. Único. Editora Juspodium, 2015.

SOUZA e SILVA, Rinaldo M., 7ªed., 2014, Editora Jus Podium.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Processual Penal III

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR8074660	7º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina estuda a parte propedêutica do direito processual penal na esfera dos recursos e da execução penal.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a sistemática dos recursos e da Execução Penal desde a dogmática e conceitos pertinentes à matéria. Fomentar o exercício da prática jurídica através da capacitação técnica ministrada pela disciplina. Difundir simplificação da linguagem jurídica nos atos e procedimentos previstos nas legislações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer os fundamentos históricos e doutrinários da disciplina;

Estabelecer um liame entre a disciplina Processo Penal III e os demais ramos do direito;

Estimular o pensamento crítico na aplicação da Lei de Execução Penal e Legislação Extravagante; Interligar os conhecimentos teóricos à realidade;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Teoria geral dos recursos
2. Princípios e efeitos dos recursos
3. Juízo de admissibilidade
3. Dos recursos em espécie: apelação
4. Dos recursos em espécie: recurso em sentido estrito
5. Recursos ordinário, extraordinário e especial
6. Outros recursos

7. Ações autônomas

UNIDADE II

8. Da Lei de Execuções Penais

9. Da Assistência ao Preso e ao Egresso

10. Do Trabalho na Lei de Execução Penal

11. Dos Direitos e Deveres e da Disciplina do Condenado

12. Dos Estabelecimentos Penais

13. Da Execução da Pena em Espécie

14. Da Progressão

15. Do Livramento Condicional

16. Das Penas Restritivas de Direitos

17. Da Execução das Medidas de Segurança

18. Dos Incidentes da Execução Penal

19. Do Procedimento na Execução Penal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem uma abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os

procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem, podendo ser aplicados testes periódicos para auferir se os conteúdos ministrados estão sendo compreendidos pelos alunos.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão – Causas e alternativas. 4 ed. S.P., Saraiva, 2011.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. S.P., Saraiva, 2010.

NUNES, Adeildo. Da Execução Penal, Rio de Janeiro, FORENSE, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Execução Penal, 13ª ed. São Paulo, P. Damásio de Jesus, 2007.

_____. Curso de Direito Penal – Legislação Especial, vol4, 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. Penas e Medidas Alternativas à Prisão. São Paulo, Rev. Dos Tribunais, 2000.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. Dos Direitos Humanos dos Presos. S.P., Lemos & Cruz, 2005.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus, 1983.

CARVALHO, Salo de. Penas e garantias. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, Curso de Direito Processual Penal, São Paulo, Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Sousa. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo. Saraiva. 2009. OLIVEIRA,

Eugênio Pacelli, Curso de Direito Processual Penal. São Paulo. Del Rey. 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Ambiental

Código DIR30160	Período 7º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		30	-	04	-

Autenticação

PLANO DE CURSO

EMENTA: A disciplina visa abordar conceitos gerais sobre Meio-Ambiente. Princípios de Direito Ambiental. A Tutela Constitucional do Meio-Ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – O Estado e a Proteção Ambiental. Cidadania e Meio Ambiente. Administração Pública e Meio Ambiente. Características e aspectos jurídicos da poluição. A questão da Biodiversidade e sua relevância socioeconômica e cultural. Prevenção e reparação do dano ambiental. Crimes ambientais. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Engenharia genética e meio ambiente: aspectos éticos e jurídicos. A Política Internacional de Tutela Ambiental.

OBJETIVOS

GERAL:

Transmitir aos discentes aspectos sobre a teoria geral do direito ambiental, abordar em sentido *lato sensu* a disciplina em todos os âmbitos cabíveis sua aplicação no âmbito jurídico fornecer elementos básicos sobre tutela jurídico-ambiental, políticas públicas aplicadas ao meio-ambiente, gestão de recursos ambientais e medidas protetivas, punitivas e sócio-educativas. Nosso objetivo é despertar o interesse pelo tema no futuro profissional, que poderá ser aprofundado através da prática profissional e ativismo social, cursos e atividades de extensão ou educação continuada.

ESPECÍFICOS:

- O que é direito ambiental em sentido amplo;
- Relacionar os temas com assuntos práticos do cotidiano e da sua aplicação no mundo jurídico em sentido *lato sensu*;
- Expor o assunto de forma abrangente, pontuar o que é de suma importância dentro das aulas ministradas pelo docente;
- Adotar a legislação e a doutrina de forma que possamos adotar um senso crítico da disciplina.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria geral do direito ambiental (evolução histórica do direito ambiental);
2. Disposições gerais do direito ambiental;
3. Princípios de direito ambiental;
4. Direito ambiental material;
5. Administração do meio ambiente;

UNIDADE II

6. Dano ambiental;
7. Direito processual ambiental (direito administrativo ambiental);
8. Rito do processo administrativo ambiental;
9. Recursos no processo administrativo ambiental;
10. Direito processual judicial ambiental

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades do componente e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogadas; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; palestras. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO:

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: Texto científico utilizando as normativas da AESGA e da ABNT.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- Barros, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo. Atlas. 2008
- Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Saraiva. 14ª Edição 2013.
- Édis, Milaré. **Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 9ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2014.
- Beltrão, Antonio F. G. **Curso de Direito Ambiental**. Metodo 4ª Edição 2013.

COMPLEMENTAR

Granziera, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. Atlas. 2ª Edição 2009.

Miranda, Robinson Nicacio de. **Direito Ambiental**. Rideel. 2ª Edição 2010.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985
FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Civil VI (Direito de Família)

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7064260	7º	60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Retrospectiva histórica. Direito Pessoal. Direito Patrimonial. União Estável. Tutela. Curatela.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam o Direito de Família.

ESPECÍFICOS

- Explicitar as diferentes concepções de constituição de família;
- Analisar os aspectos jurídicos do Casamento e de outras constituições de família;
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento de ações de alimentos, tutela e Curatela;
- Analisar questões atreladas ao poder familiar, à adoção e guarda.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. A Família e o Direito de Família. Características. Princípios e Natureza.
2. Do Casamento. Conceito, Fins, Natureza Jurídica, Caracteres e Princípios.
3. Procedimento de Habilitação para o casamento. Impedimentos Matrimoniais e Causas Suspensivas.
4. Casamento civil e religioso. Existência jurídica do casamento e requisitos de Validade. Regularidade e Prova do Casamento.
5. Casamento Por Procuração. Casamento Nuncupativo Ou “In Extremis Vitae Momentis”. Casamento Perante Autoridade Diplomática Ou Consular. Casamento Religioso Com Efeitos Cíveis.
6. Regime de bens no casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.

UNIDADE II

7. Da Filiação. Do Parentesco.
8. Dos Alimentos.
9. Do poder familiar, adoção, guarda, tutela e curatela.
8. Da União Estável

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

O conteúdo programático será explorado através de aulas expositivas abertas ao debate, recomendando-se aos alunos prévia leitura de textos, artigos e decisões judiciais sugeridos em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Família**. 9ª edição. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Família. 10ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 14ª Edição. Editora Atlas: São Paulo, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Família. 4ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

STOLZE, Plabo. **No curso de Direito Civil. Direito de família. As famílias na perspectiva constitucional**. Volume VI. 3 ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

COMPLEMENTAR

DEZEM, Guilherme Madeira. **Estatuto da Criança e do Adolescente: difusos e coletivos**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos Cíveis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Saraiva: São Paulo, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Alimentos aos Bocados**. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. vol. V, S. Paulo: Saraiva., 2015.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2002.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil. Vol. 5**. Editora Forense: Rio de Janeiro: 2010.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de Direito de Família**. Saraiva: São Paulo, 2013.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Manual de Direito Civil: família**. 1. Ed. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume V. Direito de Família. Editora Forense: 2010.

RODRIGUES, Sylvio. **Direito Civil**. Vol. VI, Direito de Família. Saraiva, São Paulo.

SILVA PEREIRA, Tânia da. **Direito da criança e do adolescente – uma proposta interdisciplinar**. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 1996.

VERONESE J.R. P. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo LT

VERONESE J.R. P. **Temas de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR.

8º PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito do Trabalho II

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR5042761	8º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: Analisa-se o conceito de direito coletivo do trabalho. Estuda as organizações sindicais, enfatizando o papel dos sindicatos, federação, confederação, centrais sindicais. Por fim, estuda-se acordo e convenção coletiva, mediação, arbitragem, comissão de conciliação prévia, greve e os métodos de soluções de conflitos coletivos de trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente a base teórica do direito coletivo do trabalho. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados a ciência global do direito material. Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

ESPECÍFICOS

- Possibilitar a formação teórico-prático do aluno;
- Identificar o que é a ciência do direito coletivo do trabalho;
- Relacionar os temas com os elementos intradogmáticos, mostrando para que os mesmos servem no ordenamento jurídico pátrio;
- Adotar a legislação e a doutrina como maneira de edificação de um senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito.
2. Origem histórica.
3. Natureza jurídica.
4. Princípios do direito coletivo do trabalho.
5. Organização Sindical (sindicato, federação, confederação, centrais sindicais).

UNIDADE II.

6. Convenção e acordo coletivo do trabalho.
7. Mediação e Arbitragem.
8. Comissão de Conciliação Prévia.
9. Greve

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 10ª EDIÇÃO. 2014. Editora Método\Forense.

Delgado, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 14ª edição. Editora LTR. FEVEREIRO 2015.

Saraiva, Renato. Direito do trabalho para concursos públicos. 16ª EDIÇÃO 2014. Editora Método.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 40ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Consolidação das Leis do Trabalho. Armando Casimiro Costa Filho, 44ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

CLT Organizada. Isabelli Gravatá. 6ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho, São Paulo: Método, 9ªEd. 2015.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Elaboração de Peças Jurídicas I (PRÁTICA JURÍDICA DE DIREITO CIVIL)

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR081401	8º	30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Exposição de modelo, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados no processo cível no âmbito do direito de família, na esfera dos direitos reais e responsabilidade civil relativos ao processo de conhecimento.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do Processo Cível em

geral bem como vivenciar a prática das audiências nos Fóruns da Região Garanhuns e adjacências.

ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na prática do Processo do Civil nos seus diversos procedimentos, com incursões para as demais disciplinas correlatas aos temas discutidos em aula.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- Ação de Alimentos – Petição Inicial e Contestação
- Petição inicial de Separação Judicial Litigiosa e Consensual cumulada com Alimentos, guarda e regulamentação de visita
- Elaboração da Peça de Contestação
- Procedimento de Audiência de Conciliação e Instrução
- Audiência simulada Separação Judicial Litigiosa cumulada com Alimentos
- Participação e acompanhamento de audiências cíveis no Fórum

UNIDADE II

- Juizado Especial Cível – Petição Inicial – Ação indenizatória
- Usucapião – Elaboração de Peças Processuais
- Petição Inicial e Contestação – Procedimento Comum
- Recurso Embargo de Declaração
- Agravo de Instrumento e Retido
- Recurso de Apelação
- Recurso especial e Extraordinário
- Realização de Audiência Simulada Indenizatória com Pedido Liminar

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a

individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil.

CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense.

FILHO, Misael Montenegro, Curso de Prática e Procedimento Cível, 6ª ed, Editora Atlas, 2009.

RAITANI, Francisco. Prática de Processo Civil. Vol. 1.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Modelos de peça no novo código de processo Civil**, Forense: São Paulo, 2015.

JÚNIOR ARAÚJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. Editora Atlas: São Paulo: 2015.

JÚNIOR ARAÚJO, Gediel Claudino de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. Editora Atlas: São Paulo: 2015.

COMPLEMENTAR

CASTRO, Adauto de Souza. Técnica Judiciária e prática forense.

CHOCHIQUIA, Edson. Técnica Judiciária e prática forense.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Família**. 9ª edição. Editora Revistas dos Tribunais: São Paulo, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. vol. V, S. Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Família. 10ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. Família. 4ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

STOLZE, Plabo. **No curso de Direito Civil. Direito de família. As famílias na perspectiva constitucional**. Volume VI. 3 ed. Editora Saraiva: São Paulo, 2013.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense Editora.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil. Vol. 5.** Editora Forense: Rio de Janeiro: 2010.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** Volume V. Direito de Família. Editora Forense: 2010.

MILHOMENS, Jônatas. Manual de Prática Forense Civil e Comercial.

PAULO.CASTRO FILHO, *José Olympio de. Prática Forense. Vol. I.*

RODRIGUES, Sylvio. **Direito Civil. Vol. VI, Direito de Família.** Saraiva, São Santos, Paulo Sergio Puerta de. Manual de Prática Processual Civil.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Processual do Trabalho

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR7053761	8º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: Conceito, histórico, características, princípios. Justiça do Trabalho: organização e competência. Ministério Público do Trabalho: atribuições institucionais. O processo trabalhista: o dissídio individual, o dissídio coletivo, recursos trabalhistas, execução trabalhista, ações especiais e perspectivas do direito processual do trabalho.

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar aos discentes o Direito Processual do Trabalho, como ramo processual fundamental a instrumentalização do direito material, demonstrando seus elementos e mecanismos básicos, seus viés protecionista voltado ao hipossuficiente, bem como a estruturação do Judiciário Trabalhista e seus caracteres únicos que transformam esse ramo do Judiciário em um poder único.

ESPECÍFICOS

- Analisar o processo do trabalho como ramo autônomo e distinto do Direito do Trabalho, seu surgimento, evolução e características e objetivos;
- Estudar a estrutura do Poder Judiciário Trabalhista, sua composição, competência e seu elemento distintivo: seu poder normativo;
- Analisar os instrumentos típicos do processo do trabalho, seu caráter protecionista, seu procedimento simplificado e sua celeridade processual típica.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito Processual do Trabalho. Conceito. Relações com outros ramos do Direito.
2. Natureza jurídica das normas. Interpretação. Aplicação no e no espaço.
3. A Justiça do Trabalho. Competência. Estrutura. Funcionamento.
4. Processo Judiciário em Geral.
5. Nulidades Processuais.

UNIDADE II.

6. Procedimento Judicial.
7. Da sentença.
8. Processos especiais de dissídio individual.
9. Recursos.
10. Do procedimento executório.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

Schiavi, Mauro. Manual de direito Processual do Trabalho. 8ª ed.. São Paulo. LTr, 2015.

Leite, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho 12ª ED. 2014. LTr.

Saraiva, Renato. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Método, 2015.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho de Acordo com o Novo CPC-** 10ª Edição. Editora LTR, 2016.

COSTA FILHO, Armando Casimiro, COSTA, Manoel Casimiro, MARTINS, Melchíades Rodrigues e CLARO, Sonia Regina Da S.; **CLT-LTR.46ª Edição-** Editora Ltr-, 2016.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso e GOULART, Rodrigo Fortunato. **Novo CPC e O Processo do Trabalho**, Editora Ltr - , 2016.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho-**, Editora Gen Forense, 2016.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. Ed. Saraiva.

Carrion, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

CLT Organizada. Isabelli Gravatá. 6ª ed. São Paulo. LTr, 2015.

Almeida, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva.

Curso
Bacharelado em Direito

Autenticação

Unidade Curricular
Direito Digital

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
	8º	30	-	02	-

I - EMENTA:

Direito e Tecnologia: marcos normativos no Brasil. Código Civil e o Direito Digital. Código Penal e o Direito Digital. LGPD. Inovações tecnológicas de informação e comunicação.

II – PROGRAMA

OBJETIVOS GERAIS: Os objetivos gerais do curso envolvem o enfrentamento das questões e desafios na interseção da lei e tecnologia, possibilitando uma apreciação mais rica das ramificações jurídicas além de instruções básicas para discussão e estudos de casos práticos.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Capacitar o aluno na coordenação de temas relacionados com Direito e tecnologia, permitindo a formulação de argumentos e opiniões mais consistentes no uso da lógica e linguagem da ciência da computação no estudo do Direito Digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução geral ao tema: Direito e Tecnologia. Os desafios do Direito diante da tecnologia Direito Digital e a sua relação com os instrumentos legais vigentes:

Constituição Federal, Código Civil (Lei 10.406/2002) Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), CPC (Lei 13.105/2015), Lei de Acesso à informação (Lei 12.527/2011 – regulamentou o art. 5º, XXXIII da CF), a LGPD (Lei 13.709/2018, alterada pela Lei 13.853, de 2019) e a Lei dos Crimes Informáticos (Lei 12.737/2012).

2. Direitos básicos dos titulares de dados pessoais: direito à privacidade, à intimidade, honra e imagem, liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião. Livre desenvolvimento da personalidade. Direito ao esquecimento (discurso de ódio e cultura do cancelamento). Cidadania e tecnologia: Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor.

3. Introdução aos mecanismos de governação da internet no Brasil e no mundo: linguagem computacional (programação, algoritmos e estruturas de dados, criptografia e segurança, computação em nuvem, desenvolvimento web, design de banco de dados, internet das coisas), militarismo, academia e setor privado na criação da rede mundial de computadores, a sociedade da informação, segurança digital e ciberterrorismo, Comitê gestor da internet no Brasil.

4. O Código Civil e o Direito Digital: Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet; contratos civis, relação de consumo (e-commerce), da Lei Azeredo aos processos de consulta pública do Ministério da Justiça, Edward Snowden e Wikileaks: o ponto de convergência do cenário brasileiro, Privacidade, transmissão, guarda, gestão e proteção de dados pessoais, Neutralidade de rede e zero-rating, Direito ao esquecimento, big data, Suspensão de provedores de aplicação no Brasil: os casos de bloqueio do WhatsApp e a discussão no Supremo Tribunal Federal.

5. O Código Penal e o Direito Digital: Crimes Informáticos (Lei 12.737/2012). Proteção dos dados: envolvendo crianças e adolescentes, persecução criminal (crimes cibernéticos).

6. Proteção de Dados: história e evolução (Marco Civil da Internet e LGPD). Análise da Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei 13.709/2018, alterada pela Lei 13.853, de 2019). Dados:

peçoais, sensíveis e anônimos (anonimização). Consentimento: inequívoco e expreso (diferenças). Legítimo interesse: boa-fé e confiança.

7. Análise da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2019, alterada pela Lei 13.853, de 2019 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), políticas e diretrizes, definições legais e princípios legais. Autodeterminação informativa. Tratamento: Hipóteses e direitos dos titulares. Agentes de tratamento (controlador e operador) e encarregado. Documentos eletrônicos (prova e validade). Compartilhamento de dados (público e privado). Desvios ou inconformidades (detecção e tratamento de desvios ou inconformidades). Vazamento de dados (planos de resposta e incidentes de segurança). Relatório de impacto à proteção de dados pessoais: descrição dos processos de tratamento e medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco. ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados): funções e conselhos. Sanções da LGPD (dosimetria da multa e riscos à imagem).

8. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Uberização das relações econômicas e sociais. Aplicações da inteligência artificial e aprendizado maquina. Legal tech e a ingerência da tecnologia nas atividades jurídicas, utilização do chatgpt e as implicações jurídicas e éticas.

AVALIAÇÃO:

A avaliação será realizada por intermédio de provas, trabalhos, dinâmicas e seminários presenciais, com ênfase na solução de questões práticas. A avaliação teórica consistirá em duas provas bimestrais, que exija a capacidade de estabelecer relações, resumir, analisar e julgar as questões, além da realização de trabalhos (análise de casos práticos e dinâmicos) e seminários presenciais. Os trabalhos podem ser realizados coletiva ou individualmente, envolvendo atividades de natureza diversa (escrita, oral, gráfica, etc.), a critério do professor.

III - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRETO, Kricia Helena. Os memes e as interações sociais na internet: uma interface entre práticas rituais e estudos de face. 2015. 147 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2016. Coord. Alexandre F. Barbosa. São Paulo: CGI.br, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/>

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais: fundamentos da Lei geral de proteção de dados. 2. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

FRIEDE, Roy Reis. Repensando a atuação do Poder Judiciário: [recurso eletrônico] / o caso Whatsapp. Revista da Emerj, v. 19, n. 73, p. 239-241, abr./jun. 2016. [001073644]. Disponível em: http://www.emerg.tjrj.jus.br/revistaemerg_online/edicoes/revista73/revista73_239.pdf

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down – 5ª edição.

NEWTON SILVEIRA. Propriedade intelectual – propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes (5ª. edição revisada e ampliada).

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2007.

RODOTÀ, Stefano. A Vida na Sociedade da Vigilância: a Privacidade Hoje. Editora Renovar, 2008.

IV - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil / José Carlos de Araújo Almeida Filho. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2007. Sorocaba, 25 de janeiro de 2021.

ASSIS, José Francisco de. Direito à privacidade no uso da Internet: omissão da legislação vigente e violação ao princípio fundamental da privacidade. Revista de Informática e Telecomunicações – RDIT, Belo Horizonte, ano 8, n. 15, p. 83-101, jul./dez. 2013.

BRANCO, Sérgio. Memória e esquecimento na internet. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017, p. 119-198.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. 2. ed., rev., atual. e reform. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 2020.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. Direito à privacidade. Revista da EMERJ, v. 1, n. 2, p. 51-76, 1998.

COTS, Marcio. Lei geral de proteção de dados pessoais. Ricardo OLIVEIRA. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2020. 3.

BRANCO, Sérgio. Memória e esquecimento na internet. [s. ed.] Porto Alegre, RS: Arquipélago Editorial, 2017.

LEITE, G. L.; LEMOS, R. Marco Civil da Internet. Ed. Atlas, 2014.

LEMOS, André. Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

LEONARDI, Marcel. Tutela e privacidade na internet. São Paulo: Saraiva, 2012.

LESSIG, Lawrence. Cultura Livre (2004). Publicado sob a licença Creative Commons Atribuição –Uso Não-Comercial.

LESSIS, Lawrence. Code: Version 2.0 (2006) Publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial.

LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CAMPUS GOVERNADOR VALADARES DEPARTAMENTO DE DIREITO informática. 1. Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LEVY, Pierre. O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010. RAMOS, Pedro Henrique Soares. Neutralidade da rede e o Marco Civil da internet: um guia para interpretação: In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (orgs). Marco Civil da Internet. São Paulo: Atlas, 2014.

MAGRANI, Eduardo. A internet das coisas. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2018.

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina (Org.). Propriedade intelectual: setores emergentes e desenvolvimento. Piracicaba: Equilíbrio, 2007, p. 35-54. SOUZA, Allan Rocha de. A função social dos direitos autorais. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Psicologia Jurídica

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR128061	8º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia como ciência; As escolas ou abordagens teóricas da psicologia; Psicologia e Direito: o uso dos conceitos; Aplicações práticas da Psicologia Jurídica.

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar as bases epistemológicas da psicologia como Ciência, destacando sua relevância e aplicabilidade em interface com o Direito.

ESPECÍFICOS

- Conhecer as bases histórico/conceituais da psicologia;
- Caracterizar as principais teorias psicológicas e seus conceitos básicos;

- Compreender a interface Psicologia e Direito;
- Analisar o papel da Psicologia frente a prática jurídica.

CONTEÚDO:

I UNIDADE:

1 O Estudo da Psicologia como ciência

- 1.1 Introdução à Psicologia: fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Psicologia.
- 1.2 O Indivíduo e a Psicologia: o indivíduo como objeto de estudo da Psicologia; o indivíduo 'biopsicossocial' e a Psicologia como ciência e profissão: uso dos conceitos psicológicos e interfaces temáticas.

2 As escolas ou abordagens teóricas da Psicologia (18h/a)

- 2.1 Behaviorismo e Gestalt: princípios básicos, conceitos fundamentais e uso e atualidades teórico/conceituais.
- 2.2 Psicanálise e Psicologia Social: princípios básicos, conceitos fundamentais e uso e atualidades teórico/conceituais.

II UNIDADE

2 Psicologia e Direito: o uso dos conceitos

- 3.1 Psicologia forense: funções mentais superiores, formação e desenvolvimento da personalidade, saúde e doença mental.
- 3.2 Psicopatologia: doenças psicológicas e psiquiátricas, exames, testes e a prática do diagnóstico, noções básicas de psicofarmacologia Jurídica.

4 Aplicações Práticas da Psicologia Jurídica

- 4.1 Psicologia, Direito Civil, Penal e do Trabalho: o lugar da Psicologia, conceitos úteis e aplicação prática.
- 4.2 Perícia Psicológica e emissão de documentos oficiais e a ética no diagnóstico em Psicologia.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis;

palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BOCK, Ana M^a Mercês *et al.* Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva: 2008.

FIORELLI, José Osmir e MANGINI, Rosana C. Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR

BRAGUIROLI, Elaine M^a *et al.* Psicologia Geral. 28 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

FADIMAN, James e FRAGER, Robert. Teorias da personalidade. São Paulo: Harbra, 20??

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Civil VII (Direitos Reais)

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR807460	8º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina busca uma visão atualizada do Direito das Coisas, afastando a concepção clássica, privatista e individualista de importantes institutos como a posse e a propriedade, primando pela observância dos direitos e garantias fundamentais, a partir da análise doutrinária dos dispositivos legais, bem como da abordagem jurisprudencial, procurando estabelecer um constante diálogo com a Constituição Feral e o direito infraconstitucional. A disciplina busca uma visão constitucionalizada do Direito Civil, abordando as diversas modalidades de direito real sobre coisa própria e sobre coisa alheia, partindo de uma análise doutrinária e jurisprudencial dos diversos desdobramentos do direito de propriedade.

OBJETIVOS:

GERAL

Promover uma leitura contemporânea dos direitos reais sobre coisa própria e sobre coisa alheia, a partir de uma preocupação com os direitos e garantias fundamentais, primando pela realização de uma abordagem constitucional e axiológica do direito civil.

ESPECÍFICOS

- Analisar o conceito, as características e a classificação dos direitos reais;

- Realizar uma abordagem prática da posse e da propriedade, demonstrando a relevância dos temas analisados no contexto jurídico contemporâneo;
- Analisar o conceito e a classificação dos direitos reais sobre coisas alheias;
- Realizar uma abordagem prática dos institutos que compõem o conteúdo programático da disciplina, demonstrando a relevância dos mesmos no contexto jurídico atual;
- Adotar a análise legislativa, doutrinária e jurisprudencial como instrumentos de desenvolvimento do senso crítico.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. DIREITOS REAIS

1.1. Do Direito das coisas em geral

1.1.1 Conceito, características, classificação;

1.1.2 Direitos reais e pessoais

1.2. DA POSSE

1.2.1 Conceito e Natureza Jurídica

1.2.2 Teorias sobre a posse

1.2.3 Classificação

1.2.4 Aquisição e perda

1.2.5 Efeitos da Posse. Proteção possessória. Frutos e benfeitorias

1.3. DA PROPRIEDADE

1.3.1 Conceito, características e espécies

1.3.2 Da propriedade imobiliária

1.3.2.1 Aquisição e perda

1.3.2.2 Limitações ao direito de propriedade.

1.3.3 Da propriedade mobiliária

1.3.3.1 Aquisição e perda.

1.3.4 Direitos de Vizinhança

1.3.5 Condomínio em geral

1.3.6 Condomínio edilício

UNIDADE II

1. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

1.1 Conceito e classificação;

1.2 Enfitese

- 1.3 Superfície
- 1.4 Servidões
- 1.5 Usufruto
- 1.6 Uso
- 1.7 Habitação
- 1.8 Direito do Promitente Comprador
- 1.9 Hipoteca
- 1.10 Penhor
- 1.11 Anticrese
- 1.12 Concessão de uso especial para fins de moradia
- 1.13 Concessão de direito real de uso

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

O conteúdo programático será explorado através de aulas expositivas abertas ao debate, recomendando-se aos alunos prévia leitura de textos, artigos e decisões judiciais sugeridos em sala de aula.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será realizado mediante prova escrita e possíveis trabalhos ou seminários sobre o conteúdo ministrado.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 5. 8 ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2013.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direitos Reais*. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.
- TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. *Direito Civil: Direito das Coisas*. Vol. 4. 5 ed. São Paulo. Ed. Método. 2013.

COMPLEMENTAR

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. Vol. 4. São Paulo. Ed. Saraiva.
- GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro. . Ed. Forense.
- MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 3. São Paulo. Ed. Saraiva.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direitos Reais**. Vol. 4. Rio de Janeiro. Ed. Forense.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito das Coisas**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direitos Reais**. Vol. 5. São Paulo. Ed. Atlas.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Tributário I

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30161	8º	30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Introduzir o aluno no estudo do fenômeno da tributação, tendo como ponto de partida a atividade financeira. As receitas tributárias, objeto de estudo do Direito Tributário. Tributos e sua classificação. As limitações ao poder de tributar. A competência tributária. Fiscalização. Relação da Fazenda Pública com o contribuinte.

OBJETIVOS:

GERAL

Iniciar o corpo discente no conhecimento da base teórica do fenômeno da tributação, permitindo não só a transmissão de conhecimentos técnicos específicos, mas também, estimular o hábito da pesquisa e análise crítica, da legislação, da doutrina e jurisprudência.

ESPECÍFICOS

1. Desenvolver aptidão para defender, com igual competência, tanto a Fazenda Pública como os contribuintes;
2. Estimular que seja feito o bom uso da multiplicidade das construções teóricas e jurisprudenciais inerentes ao Direito Tributário;

3. Conhecer a dogmática relativa ao estudo do sistema tributário nacional;
4. Desenvolver o raciocínio conjuntivo no sentido de conhecer os tributos e suas espécies, após saber seus princípios e características.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1.O Poder de Tributar do Estado
2. Direito Tributário;
- 3.Fontes do Direito Tributário
4. Obrigação tributária, Estrutura da norma Jurídica, Hipótese de Incidência e Fato gerador.
- 5.Tributos.

UNIDADE II

6. Espécies tributárias;
7. Sistema Tributário Nacional
8. Hermenêutica tributária
9. Administração Tributária

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. São Paulo: Método.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 15ª ed. São Paulo : Saraiva

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. 16ª ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

MACHADO, Hugo de Brito. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva

ROSA Jr., Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário. 18ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

FILHO, Roberval Rocha Ferreira & João Gomes da Silva Junior.. Direito Tributário: teoria, jurisprudência e questões. . Salvador: Podvim

PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

COMPLEMENTAR

Constituição Federal;

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito do Consumidor

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1155460	8º	30	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Evolução histórica do Direito do Consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Os consumidores por equiparação. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da responsabilidade nas relações de consumo. Das práticas e das cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes contra as relações de consumo. Das sanções administrativas. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da convenção coletiva de consumo.

OBJETIVOS:

GERAL

Capacitar, preparar o aluno como profissional competente, capaz de atuar administrativamente (como no âmbito do PROCON) e no poder judiciário com desenvoltura no que toca às questões relativas às relações de consumo.

ESPECÍFICOS

Instrumentalizar o aluno com a legislação nos assuntos pertinentes ao Direito do Consumidor, estimulando raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, argüir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. Aproximá-los nos conceitos, vocabulários, procedimentos técnicos e jurídicos.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- 1.A história do movimento consumerista
- 2.A proteção ao consumidor: o consumerismo
- 3.A questão da intervenção do Estado na ordem econômica e na ordem jurídica
- 4.A legislação básica sobre relações de consumo em defesa do consumidor
- 5.A Constituição de 1988 e o advento da Lei nº. 8.078/90
- 6.O estudo dos elementos da relação de consumo
- 7.Política Nacional de Relações de Consumo
- 8.Direitos básicos do consumidor

UNIDADE II

- 9.Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos
- 10.Da desconsideração da personalidade jurídica
- 11.Das práticas comerciais
- 12.Da proteção contratual
- 13.Os contratos eletrônicos
- 14.Das sanções administrativas e das infrações penais
- 15.Da defesa do consumidor em juízo
- 16.A convenção coletiva de consumo

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis;

palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BENJAMIN, Antônio Herman V. Manual de direito do consumidor / Antônio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa – 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 7. ed – São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Direito do Consumidor. Atlas

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. 7. Ed – São Paulo: Saraiva, 2009.

_____ Manual de direito do consumidor. 4. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto / Ada Pellegrini Grinover...[et al] – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MARQUES, Claudia Lima. Comentários ao código de defesa do consumidor / Claudia Lima Marques, Antonio Herman V. Benjamin, Bruno Miragem.

2. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor
. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

9º PERÍODO

Curso Bacharelado em Direito
--

Unidade Curricular Medicina Legal

Autenticação

Código DIR	Semestre 9º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		30	-	02	-

EMENTÁRIO

EMENTA:

Introdução à Medicina Legal. Medicina e Direito: antagonismos e afinidades. Relação da Medicina Legal com as diversas especialidades médicas e com as demais ciências. Esboço histórico da Medicina Legal e o seu caráter interdisciplinar. Divisão da Medicina Legal. Identidade e identificação. Importância e objetivo da identificação. Identificação médico-legal ou antropológica. Identificação psíquica, funcional e física. Noções de identificação odontológica. Identificação judiciária ou policial. Noções de identificação dactiloscópica. Os agentes lesivos e seus efeitos: traumatologia forense. Agentes mecânicos: perfurantes, cortantes, contundentes, perfurocortantes e corto-contundentes e as lesões por eles produzidas. Estudo médico-legal das lesões punctórias, incisas e perfuroincisas. Estudo médico-legal das abrasões, contusões, lacerações, cortocontusões e lacerocontusões. Lesões especiais. Agentes mecânicos perfurocontundentes. Breves noções de balística. Estudo médico-legal das lesões produzidas por projéteis de arma de fogo. Agentes de natureza física não mecânica. Estudo médico-legal das lesões produzidas pelo frio, calor, eletricidade, pressão atmosférica, luz, som e radiação ionizante. Agentes da natureza física química. Estudo médico-legal das lesões produzidas pelos cáusticos e venenos. Estudo médico-legal individualizado dos diversos tipos de asfixias. Perícias e peritos. O processo judiciário e a perícia médica na justiça. Introdução ao estudo da tanatologia. Tanatognose: diagnóstico da morte. Fenomenologia cadavérica. Conceito atual de morte em Medicina Legal. A necropsopia médica-legal. Introdução ao estudo da sexologia. Estudo médico-legal da conjunção carnal ilícita e a respectiva perícia médico-legal.

Estudo médico-legal do aborto. A perícia nos casos de abortamento criminoso. Estudo médico-legal do infanticídio. A perícia nos casos de suposto infanticídio. Psicopatologia forense. Classificação das doenças mentais e sua utilidade em Medicina Legal.

Objetivo geral: Analisar os principais pontos interseccionais entre o Direito e a Medicina.

Objetivos específicos: Analisar a intervenção da Medicina no Direito; abordar as questões atinentes às perícias forenses; Perscrutar as questões inerentes à identificação médico-legal.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

Conteúdos:

Unidade I:

- 1.Introdução à Medicina Legal. Medicina e Direito: antagonismos e afinidades. Relação da Medicina Legal com as diversas especialidades médicas e com as demais ciências.
- 2.Esboço histórico da Medicina Legal e o seu caráter interdisciplinar.
- 3.Divisão da Medicina Legal.
- 4.Identity e identificação. Importância e objetivo da identificação. Identificação médico-legal ou antropológica. Identificação psíquica, funcional e física. Noções de identificação odontológica. Identificação judiciária ou policial. Noções de identificação dactiloscópica.
- 5.Os agentes lesivos e seus efeitos: traumatologia forense. Agentes mecânicos: perfurantes, cortantes, contundentes, perfurocortantes e corto-contundentes e as lesões por eles produzidas. Estudo médico-legal das lesões punctórias, incisas e perfuroincisas. Estudo médico-legal das abrasões, contusões, lacerações, cortocontusões e lacerocontusões. Lesões especiais. Agentes mecânicos perfurocontundentes.
6. Breves noções de balística. Estudo médico-legal das lesões produzidas por projéteis de arma de fogo. Agentes de natureza física não mecânica.
- 7.Estudo médico-legal das lesões produzidas pelo frio, calor, eletricidade, pressão atmosférica, luz, som e radiação ionizante. Agentes da natureza física química. Estudo médico-legal das lesões produzidas pelos cáusticos e venenos.
- 8.Estudo médico-legal individualizado dos diversos tipos de asfixias.

Unidade II:

- 9.Perícias e peritos.
- 10.O processo judiciário e a perícia médica na justiça.
- 11.Introdução ao estudo da tanatologia. Tanatognose: diagnóstico da morte. Fenomenologia cadavérica. Conceito atual de morte em Medicina Legal. A necropsopia médica-legal.
- 12.Introdução ao estudo da sexologia. Estudo médico-legal da conjunção carnal ilícita e a respectiva perícia médico-legal.
- 13.Estudo médico-legal do aborto. A perícia nos casos de abortamento criminoso.
- 14.Estudo médico-legal do infanticídio. A perícia nos casos de suposto infanticídio.
- 15.Psicopatologia forense.
- 16.Classificação das doenças mentais e sua utilidade em Medicina Legal.

BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA JÚNIOR, A. Lições e conferências do prof. Oscar Freire.

CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicinal legal.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues. Perícia médica judicial.

CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Delton. Medicina legal para provas e concurso

FÁVERO, Flaminio. Medicina legal (V1 E V2)

FRANÇA, Genival Veloso de. Direito médico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan

FRANÇA, Genival Veloso de. Comentários ao Código de Ética Médica.

GOMES, Hélio. Medicina legal judicial. 32 ed. rev. ampl. Freitas Bastos.

Curso

Bacharelado em Direito

Unidade Curricular

Direito Agrário e Portuário

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
	9º	30	-	02	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA: A questão agrária: histórico. Evolução do direito agrário. Terras devolutas, conceito e aproveitamento. Faixa de fronteira: histórico e aproveitamento. A reforma agrária: conceito e histórico. Legislação brasileira. INCRA. Conceito de imóvel rural, modulo rural, latifúndio, empresa rural, minifúndio e parceleiro. Propriedade privada da terra: função social. Reforma agrária: planos, zoneamento e cadastro. Tributação da terra. Colonização. Contratos agrários: arrendamento e parceria. Aforamentos. Sesmarias. Estatuto do trabalhador rural. Cooperativas. Áreas prioritárias. Justiça e processos agrários. Direito comparado. Direito agrário internacional. Direito Portuário. Portos e comércio exterior. Legislação portuária. Exploração de portos organizados e instalações portuárias: concessão, arrendamento e autorização. A administração do porto organizado. Estudo dos Terminais de Uso Privado (TUPs). Trabalho portuário. Aspectos atinentes à atividade de dragagem. Licenciamento ambiental.

Objetivo geral: analisar as principais nuances das questões agrárias e portuárias no campo jurídico.

Objetivos específicos: abordar as principais questões jurídicas que giram do ponto de vista agrário; investigar os principais aspectos, notadamente a legislação vigente atinente ao Direito Portuário.
METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

Conteúdos Programáticos:

Unidade I:

- 1.A questão agrária: histórico. Evolução do direito agrário.
- 2.Terras devolutas, conceito e aproveitamento. Faixa de fronteira: histórico e aproveitamento.
3. INCRA. Conceito de imóvel rural, modulo rural, latifúndio, empresa rural, minifúndio e parceleiro.

5. Propriedade privada da terra: função social.
6. Reforma agrária: conceito e histórico. Legislação brasileira. Planos, zoneamento e cadastro.
7. Tributação da terra.
8. Colonização.
9. Contratos agrários: arrendamento e parceria. Aforamentos. Sesmarias.

Unidade II:

10. Estatuto do trabalhador rural.
11. Cooperativas.
12. Justiça e processos agrários.
13. Direito agrário internacional.
14. Direito Portuário. Portos e comércio exterior. Legislação portuária. Exploração de portos organizados e instalações portuárias: concessão, arrendamento e autorização.
15. A administração do porto organizado.
16. Estudo dos Terminais de Uso Privado (TUPs).
17. Trabalho portuário.
18. Aspectos atinentes à atividade de dragagem.
19. Licenciamento ambiental.

BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CASSETARI, Christiano. Direito Agrário. São Paulo, Atlas.
- MARQUES, Benedito Ferreira e MARQUES, Carla Regina Silva. Direito Agrário Brasileiro. 12ª Edição.
- CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação**. São Paulo: Aduaneiras.
- PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (Orgs.). **Direito Portuário Brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Fórum.
- JESUS, Michael de. **Direito Portuário no Brasil**. 1ª ed. Editora: Quartier Latin.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CASTRO JR., Osvaldo Agripino de; PASOLD, Cesar Luiz. (Coords.) **Direito portuário, regulação e desenvolvimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Veras de. **A nova regulação portuária**. Belo Horizonte: Fórum.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Lições Preliminares de Direito Portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Civil VIII

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR9085360	9º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda o direito das sucessões. Nesta, analisa-se o conceito de sucessões, sua evolução histórica, as espécies de sucessões e sua repercussão social econômica.

OBJETIVOS:

GERAL

Transmitir ao corpo discente o entendimento sobre as formas de transferência do patrimônio de uma pessoa falecida para seus herdeiros legítimos ou testamentários, e sua repercussão social e econômica.

ESPECÍFICOS

- Definir direito sucessório.
- Estudar sua aplicação prática, com relação partilha de bens.
- Estudar as diversas espécies de testamento e solucionar os problemas oriundos de sua elaboração e sua aplicação após o óbito do testador.

- Estudar os procedimentos administrativos e judiciais relativos à sucessão.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito Das Sucessões: Conceito, Evolução Histórica E Fundamento.
2. Sucessões Em Geral.
3. Transmissão Da Herança.
4. Capacidade Sucessória, Sua Definição. Incapacidade Para Suceder: Indignidade.
5. Herança. Conceito, Espécies E Conteúdo. Anulação, Revogação E Retratação.
6. Herança Jacente E Herança Vacante.

UNIDADE II

7. Sucessão Legítima.
8. Sucessão Testamentária.
9. Dos Codicilos.
10. Dos Legados.
11. Do Procedimento De Inventário E Arrolamento.
12. Da Partilha.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino/aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogadas; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro, Direito das Sucessões**, vol. VIII, São Paulo, Saraiva, 2010.

PAMPLONA, Rodolfo Filho, **Novo Curso de Direito Civil, Direito das Sucessões**, vol. VIII, São Paulo, Saraiva, 2010.

VENOSA, Silvio da Salvo, **Direito Civil, Direito de Sucessões Vol. VIII**, São Paulo, Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

NEVES, Silvio Batista, **Ensaio de Direito Civil**. São Paulo. Atlas. 2009.

VENOSA, Silvio de Salvo, **Código Civil Interpretado**, São Paulo, Atlas, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. vol. VI, S. Paulo: Saraiva.

GOMES, Orlando. **Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Sylvio. **Curso de Direito civil, Direito das Sucessões**. Editora Saraiva, São Paulo.

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Falência e Recuperação de Empresas

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR1196360	9º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA A abordagem da Lei 11.101, de 09.02.2005 sobre o tratamento do empresário em dificuldade econômico-financeira. O aspecto primordial a ser estudado privilegia a preservação da empresa em razão da sua função social, sendo protegido o mercado. De início será estudado a falência destinada a um devedor específico, empresário, que se encontra em uma situação de insolvência jurídica. Serão aduzidas as fases do processo falimentar. Por fim, será estudada a recuperação judicial de empresa do empresário na busca do equilíbrio financeiro diante da possibilidade.

OBJETIVOS:

GERAL

- Transmitir ao corpo discente suporte na profissão jurídica em todos os segmentos, através do conhecimento teórico, técnico essencial ao aluno que cursa o bacharelado.
- Reconhecer a falência como um processo complexo.
- Analisar a legislação falimentar vigente a partir da doutrina e jurisprudência atual.
- Interpretar o entendimento dos juristas sobre os temas relevantes a falência e a Recuperação de Empresas.
- Reconhecer a importância do exame dos argumentos para a solução dos problemas emergentes no cotidiano do labor jurídico.
- Reconhecer o estudo da preservação da empresa como indispensável da Lei 11.101/2005 por ser a empresa uma unidade produtiva, geradora de riquezas, criadora de empregos tendo um indiscutível interesse social.

ESPECÍFICOS

- Reconhecer a aplicação da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 aos empresários em dificuldades econômicas.
- Reconhecer a função social da empresa.
- Identificar os princípios, a possibilidade da recuperação aos empresários com possibilidade de reversão da crise, tendo a aplicação da falência aos irrecuperáveis.
- Compreender que através da prioridade da preservação da empresa tem-se além da satisfação dos credores implementação de procedimentos que não leve ao necessário encerramento da atividade empresarial.
- Familiarizar os alunos com os conceitos técnicos da recuperação de empresas e falência.
- Despertar no aluno o senso crítico para o melhor uso da doutrina e legislação na prática forense.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Teoria Geral da Falência
2. Caracterização da falência;
3. Processo da Falência –Fase pré-falimentar
4. Declaração Judicial da Falência
5. Efeitos da falência
6. Processo da falência- Fase Falimentar
7. Administração da massa falida;
8. Arrecadação
6. Pedido de restituição;
- 7..Habilitação e classificação dos créditos;
8. Liquidação e pagamento dos credores;
- 9..Extinção das obrigações;
10. Crimes falimentares.
11. Processo Falimentar- Fase pós-falencial.

UNIDADE II

12. Espécies
13. Recuperação judicial e sua Caracterização
14. Processamento e procedimento da recuperação judicial;
15. Plano de recuperação e efeitos:
 - Quanto ao direito dos credores;

- Aos bens;
 - À pessoa do empresário;
 - Aos contratos.
16. Processo da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial;
17. Intervenção e Liquidação Extrajudicial:
- Intervenção administrativa nas instituições financeiras;
 - Liquidação extrajudicial das instituições financeiras;
 - Liquidação extrajudicial de outras empresas.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresa. São Paulo:

Saraiva. 2014

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 27ª edição, 2015.

MAMEDE, Gladston. Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas. 6ª edição, 2014.

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas. . 9ª edição. 2015

NEGRÃO, Ricardo. Aspectos Objetivos da Lei de Recuperação de Empresas e de Falência. São Paulo: Saraiva.

FRAZZIO JR., WALDO. Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas.6ª edição, 2012.

BERTOLDI, Marcelo M/ Márcia Carla Pereira Ribeiro. Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 9ª edição, 2015.

CRUZ, André Luiz Santa. Curso de Direito Empresarial: O Novo Regime Empresarial Brasileiro.

Juspodvim, 5ª edição, 2015.

COMPLEMENTAR

CASTELLANI, Fernando A. A Empresa em Crise: Falência e Recuperação judicial de empresas. São Paulo: Saraiva. 2007

ALMEIDA, Amado Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Falência de Recuperação de Empresas. Campus Jurídico

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Trabalho de Conclusão de Curso I

Autenticação

Código DIR30160	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
	9º	30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA:

O projeto de pesquisa; a monografia; o embasamento teórico; as fontes de pesquisa; os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais; a formatação do trabalho científico de acordo com as normas da ABNT e da AESGA, e a defesa da monografia.

OBJETIVOS:

GERAL

Favorecer a construção o Trabalho de Conclusão do Curso de Direito, subsidiando os aspectos metodológicos da pesquisa.

ESPECÍFICOS

- Desenvolver a escrita científica;
- Construir texto autoral, fundamentado na literatura pertinente ao tema escolhido;
- Reforçar o espírito crítico, investigativo e reflexivo;
- Produzir pesquisa científica, contribuindo para a construção do conhecimento jurídico;

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I

1. A elaboração do projeto de pesquisa
2. O roteiro da monografia
3. O embasamento teórico da investigação
4. Tipos e métodos da metodologia científica aplicadas às pesquisas jurídicas
5. Fontes de pesquisa bibliográfica
6. Tipos de citações nos textos acadêmicos

UNIDADE II

1. Projeto de pesquisa na área jurídica: justificativa, motivação e problemáticas de pesquisa
2. Métodos de Pesquisa
3. TC – Trabalho de Conclusão: etapas, estrutura e elementos textuais
4. Considerações Iniciais do TC.
5. Demais capítulos teóricos da monografia: introdução, diferenciação e formatação

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades do componente e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogadas; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; palestras. Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a ressignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: Texto científico utilizando as normativas da AESGA e da ABNT.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 7. ed., São Paulo: Altas, 2010.

COMPLEMENTAR

BIAGI, Ma. Cristina. **Pesquisa científica**. Roteiro prático para desenvolver projetos e teses. São Paulo: Juruá, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese?**. 22. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HENRIQUE, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: Como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC)**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: A pratica de fichamento, resumos e resenhas**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Conversas sobre normatização de trabalhos acadêmicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. Revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2002.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso Bacharelado em Direito
--

Nome da Disciplina Direito Tributário II
--

Código	Período	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
---------------	----------------	----------------------	-----------------

Autenticação

DIR30161	9º	T	P	T	P
		60	-	04	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: O estudo da disciplina está voltado à teoria e prática das obrigações e créditos tributários, e dos impostos em espécie, de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Também realiza uma abordagem do procedimento administrativo fiscal. O ponto de partida do estudo é a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional.

OBJETIVOS:

GERAL

Expor ao corpo discente os principais pontos da disciplina, o aspecto prático e a jurisprudência que enriquecem a matéria, e estimular os desenvolvimentos do espírito crítico do aluno quando do estudo dos temas propostos.

ESPECÍFICOS

- * Identificar os principais aspectos que distinguem as obrigações tributárias das demais espécies de obrigações;
- * Estudar domicílio e responsabilidade tributários;
- * Estudar crédito tributário, as suas hipóteses de suspensão da exigibilidade e extinção, e as suas garantias e privilégios;
- * Realizar uma análise cuidadosa dos impostos de competência de cada ente da Federação, sempre com base na Constituição e no CTN.
- * Comentar o decreto-lei n. 70.235/72.
- * Adotar a legislação, a doutrina e a jurisprudência como maneira de edificação de um senso crítico

CONTEÚDO:

UNIDADE I: Obrigação Tributária

Crédito Tributário (até as hipóteses de suspensão de exigibilidade)

UNIDADE II: Crédito Tributário (continuação)

Impostos em espécie, de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Processo Administrativo Fiscal

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. São Paulo: Método, 2015

KFOURI, Jr. Anis. **Curso de Direito Tributário**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva.2014.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.2015.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e o Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

COMPLEMENTAR:

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. São Paulo: Atlas.

ROCHA, João Marcelo. **Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Ferreira.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Elaboração de Peças Jurídicas II (PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA)

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053461	9º	30	-	02	-

Autenticação

PLANODECURSO

EMENTA: Exposição de modelo, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados no processo trabalhista relativos ao processo de conhecimento.

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do Processo Trabalhista.

ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na prática do Processo do Trabalho, com incursões para as demais disciplinas correlatas aos temas discutidos em aula.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- Verbas Trabalhistas e indenizatórias
- Competência da Justiça do Trabalho e Princípios Processuais da Justiça do trabalho
- Jus Postulandi e questões incidentes e processuais da justiça do Trabalho
- Petição Inicial – Reclamação Trabalhista

Rito Sumaríssimo

Rito Ordinário

- Defesas do Reclamado

Contestação

Reconvenção

Exceção de Incompetência

- Procedimento das Audiências Trabalhistas - Procedimento
- Palestras sobre Audiência na Justiça do Trabalho

UNIDADE II

- Recursos Trabalhistas

Recurso Ordinário

Contrarrazões ao Recurso Ordinário

Recurso de Revista

Embargos Declaratórios

Embargo ao TST

Recurso Adesivo

Recurso Extraordinário

- Atuação do Ministério Público do Trabalho
- Assédio Moral e Dano Moral no Trabalho

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a

construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CARRION, Valentin, Comentários à Consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense, modelos e petições, recurso, sentenças e outros. São Paulo:Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho, São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Francisco Antônio. O Processo na Justiça do Trabalho – Doutrina, Jurisprudência, Enunciados e Súmulas, São Paulo: Revista dos Tribunais.

COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. A Justiça do Trabalho na Ordem Judiciária Brasileira. São Paulo:LTR.

ALMEIDA, Isis de. Manual de Direito Processual do Trabalho.SãoPaulo:LTR.

Campos Batalha, Wilson de Souza. Tratado de Direito Judiciário do Trabalho, Vol. 1 e 2, São Paulo: LTR.

FERRARI, Irani; Nascimento, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO; Ives Gandra da Silva. História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. São Paulo:LTR

GIGLIO, Wagner. Direito processual do Trabalho, São Paulo: Saraiva.

MALTA, ChristóvãoPiragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo:LTR.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo:LTR.

SAAD, Eduardo Gabriel. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio Curso de processo do trabalho: perguntas e respostas sobre assuntos polêmicos em opúsculos específicos. São Paulo: LTR.

10° PERÍODO

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Ética Profissional

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR30161	10º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: A disciplina estuda a Ética Geral e a Profissional. Conceito de Ética. Moral Absoluta ou Relativa? A classificação da Ética. A Ética dos Bens. Relação da Ética com as outras Ciências. A Ética e a Profissão Forense. A Ética do Advogado, do Juiz, do Defensor Público, do Promotor de Justiça.

OBJETIVOS:

GERAL

Refletir sobre os aspectos Éticos indispensáveis à uma convivência ordenada, pautada no respeito e no cumprimento dos deveres éticos e na busca dos direitos e da justiça.

ESPECÍFICOS

- Explicitar os objetos e finalidade da Ética Geral e Profissional.
- Analisar a vivência da ética dentro da convivência profissional e social.
- Construir conhecimentos indispensáveis ao desempenho das atividades forenses.
- Utilizar adequadamente os conhecimentos obtidos dentro dos conteúdos vivenciados no estudo do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética, EOAB sua eficaz aplicabilidade.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Conceito de Ética.
2. Introdução.
3. Conceito de Moral..
4. Relação da ética com as outras Ciências..
5. A Ética e a Moral
6. A Ética e a sociedade.
- 7- A Ética e a Profissão Forense..
8. Conceito de Profissão.
9. A Ética e o estudante de direito.
10. Estudo Interpretativo dos artigos constantes do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil..

UNIDADE II

- 10.1 código de ética e disciplina da OAB..
- 10.2. Da Ética do Advogado..
- 10.3. Das regras deontológicas fundamentais..
- 10.4. Das relações com o cliente.
- 10.5. Do sigilo Profissional.
- 10.6. Da Publicidade.
- 10.7. do dever de Urbanidade.
- 10.8. Das disposições gerais.
- 10.9 . Do processo disciplinar.
- 10.10. Das disposições gerais e transitórias.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética Jurídica. São Paulo: Editora Saraiva. 11ª Ed., 2014.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e Código de Ética – Comentado.

NALINI José Renato.- Ética Geral e Profissional- São Paulo.- Editora Revista dos TRIBUNAIS. 12ª Ed.,2015.

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. EOAB E Código de Ética e disciplina..., 2007.

MAMEDE, GLADSTON- Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil- São Paulo- Atlas, 2014.

SODRÉ Eduardo- Estatuto da Advocacia- Regulamento Geral e Código de Ética. .

COMPLEMENTAR

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de Etica Geral e Profissional - 6ª Ed.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Elaboração de Peças Jurídicas III (PRÁTICA JURÍDICA CRIMINAL)

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
---------------	-----------------	----------------------	-----------------

Autenticação

DIR101401	10º	T	P	T	P
		30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: Exposição de modelo, análise de processos criminais, aplicação de técnicas e utilização da fundamentação legal para a elaboração de arrazoados na esfera penal no âmbito da prática penal na elaboração de respostas escritas, ações penais privadas e aplicações constituições na proteção do princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Princípio da Inocência

OBJETIVOS:

GERAL

Propiciar ao aluno a possibilidade de elaboração das principais peças processuais do Processo Penal em geral bem como vivenciar a prática das audiências nos Fóruns da Região Garanhuns e adjacências inclusive Tribunal do Júri.

ESPECÍFICOS

O objetivo da disciplina é preparar o aluno para o exercício das profissões jurídicas, possibilitando a formação teórico-prático, com ênfase na Prática Criminal nos seus diversos procedimentos, com incursões para as demais disciplinas correlatas aos temas discutidos em aula.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

- Queixa-criminis /Ação Penal Privada
- Liberdade Provisória com e sem fiança/ Relaxamento de Prisão e Revogação de Prisão Preventiva
- Análise e Parecer Jurídico sobre Inquérito Policial e Ação Penal Pública Incondicionada e Condicionada.
- Defesa Prévia / Resposta Escrita à Acusação
- Audiência de Instrução Simulada processo competência do Tribunal do Júri
- Análise de Perfis Criminais e crimes de clamor social

UNIDADE II

- Alegações Finais
- Habeas Corpus – Relaxamento de Prisão e por Excesso de Prazo

- Recursos Criminais – Apelação Criminal e Revisão Criminal
- Tribunal do Júri – Procedimento
- Tribunal de Júri simulado

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

Elaboração de peças práticas utilizando doutrina e a jurisprudência referente aos tópicos constantes do conteúdo programático, incentivando e permitindo que cada aluno a partir de situações práticas e concretas, elabore o instrumento processual cabível.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por intermédio de provas, peças processuais, de trabalhos em casa, pesquisas e participação de audiências e práticas com participação em aula com audiências simuladas vivenciando as práticas processuais criminais.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Náila Cristina Ferreira. Prática Forense Penal. São Paulo: 4ª Ed. Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. Prática Forense Penal, 3ª Ed.2009, Editora: Saraiva
TOUTINHO Filho, Fernando Costa. Prática de Processual Penal: 32ª Ed. Editora: Saraiva, 2010.

- Ishida, Valter Kenji, Prática Jurídica Penal: 3ª Ed. Editora Atlas,
Editora: Atlas, 2009

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios, Prática de Processo Penal e Peças Processuais
Editora: Damasio de Jesus:9º Ed, 2009.

MUCCIO, Hidejalma, Prática de Processo Penal: Teoria e Prática, Editora: Método: 5ª Ed, 2009

COMPLEMENTARES

- GIULIANE, Ricardo; SILVA, Davi André Costa; EBERTHARDT, Marcos; Prática Processual Penal: 3ª Ed, Editora: Verbo Jurídico, 2010.

- FISHER, Fernanda Salles; CAPOBIANCO, Rodrigo Julio. Prática Processual Penal:
2ª Ed. Editora: Método, 2010

- SILVIA, Luiz Claudio; Manual de Processo e Prática Penal:4ª Ed. Editora: Forense, 2010.

- DEZEM, Guilherme Madeira; MACHADO, Angela Cangiano; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz;
FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini. Prática Penal – Col Prática Forense. Vol.6 – 6ª Ed., Editora: RT, 2009.

- MESSA, Ana Flávia. Prática Penal para Exame da OAB: 3ª Ed, Editora: Atlas, 2009.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Eleitoral

Autenticação

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR3021870	10º	30	-	02	-

PLANODECURSO

EMENTA: Noções fundamentais do Direito Eleitoral. Direito Eleitoral. Direitos Políticos. Jurisdição eleitoral. Ministério público eleitoral. Direitos políticos. Processo político-eleitoral. Ações eleitorais. Propaganda eleitoral. Crimes eleitorais. Sistemas eleitorais. Partidos políticos

OBJETIVOS:

GERAL: Analisar o Direito Eleitoral, o seu contexto constitucional, legal, doutrinário e jurisprudencial.

ESPECÍFICOS

Analisar o Direito Eleitoral, o seu conceito, relações interdisciplinares, os princípios;

Estudar os Direitos Políticos e as suas nuances, assim como o sistema eleitoral;

Abordar as ações eleitorais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Direito eleitoral. Conceito. Relação com outras disciplinas. Panorama histórico. Fontes. 2. Democracia. Teorias e princípios. Desenho constitucional. Modelos de democracia. Representação. Modelos de mandato. 3. Direitos políticos. Sufrágio e elegibilidade. Inelegibilidades e incompatibilidades. Controle de legitimidade dos eleitores: inscrição eleitoral, domicílio eleitoral, transferência de domicílio; cancelamento

e exclusão de eleitor; revisão do eleitorado. 4. Sistemas eleitorais. Princípio majoritário e princípio proporcional. Sistema distrital.

UNIDADE II

5. Sistemas de verificação de poderes. Justiça eleitoral brasileira. Organização e competência. 6. Partidos políticos. Tratamento constitucional e legal. Princípios, garantias e vedações. Direito de antena e fundo partidário. Fidelidade partidária. 7. Processo eleitoral: registro de candidatos, propaganda eleitoral, pesquisas, abusos, crimes eleitorais, captação ilícita de sufrágio. 8. Controle da legitimidade das eleições: atos preparatórios; votação e apuração; totalização, recontagem de votos, totalização; impugnações e recursos. 6. Ações eleitorais.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:**BÁSICA**

AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva.

CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Mandamentos.

PINTO, Djalma. Direito Eleitoral: Improbidade Administrativa. São Paulo: Atlas.

COMPLEMENTAR

BARREIROS NETO, Jaime. Fidelidade Partidária. Salvador: Faculdade Baiana de Direito BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense. COSTA, Tito. Recursos em Matéria Eleitoral. São Paulo: RT.

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. Belo Horizonte: DEL REY.

DECOMAIN, Pedro Roberto. Eleições: Comentários à Lei n.º 9.504/97. São Paulo: Dialética.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Trabalho de Conclusão de Curso II

Autenticação

Código DIR30160	Semestre 10º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		30	-	02	-

PLANODECURSO**EMENTA:**

Técnicas de pesquisa científica. Consultas e referências bibliográficas. Citações.

Elaboração de monografias. As regras da ABNT: atualizações; O trabalho científico

(Normas da ABNT para produção científica) – artigo e publicações; A pesquisa aplicada ao Direito (técnicas, fontes, a coleta de dados, a análise, etc.); Finalização da monografia na área jurídica; Defesa do Trabalho de Curso (TC).

OBJETIVOS:

GERAL

Contribuir com os discentes na construção do Trabalho de Conclusão de curso.

ESPECÍFICOS

Estudar todas as minudências de construção do trabalho de conclusão de curso;

Realizar orientações individualizadas sobre a elaboração do TCC;

Preparar os discentes para a defesa em banca.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I

1. ABNT: retomando as regras principais e novas atualizações
2. Construindo e revisando os demais capítulos da monografia
3. Considerações finais e elementos pós-textuais
4. Construção do resumo da monografia
5. Formatação das referências

UNIDADE II

1. TCC: Formatação final e normas técnicas
2. Técnicas de apresentação e Defesa de TCC
3. O trabalho científico na era digital
4. Apresentações e estudos: congressos, simpósios, seminários etc.
5. Publicações periódica e projetos de pesquisa *stricto sensu*: novos estudos e tendências.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas

expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 7. ed., São Paulo: Altas, 2010.

COMPLEMENTAR

BIAGI, Ma. Cristina. **Pesquisa científica**. Roteiro prático para desenvolver projetos e teses. São Paulo: Juruá, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese?**. 22. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HENRIQUE, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: Como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC)**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: A prática de fichamento, resumos e resenhas**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Conversas sobre normatização de trabalhos**

acadêmicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica:** como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22. ed. Revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2002

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

FDG – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina

Direito Internacional Público e Privado e Humanidades

Autenticação

Código	Período	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR056060	10º	60	-	04	-

PLANODECURSO

EMENTA: Desenvolvimento histórico. Sociedade Internacional. Relações jurídicas entre os atores internacionais. Relações jusprivadas de relevância internacional.

OBJETIVOS:

GERAL

Apresentar e discutir sobre os aspectos teóricos e práticos da ciência jurídica que fundamentam o Direito Internacional, com base em um mundo globalizado.

ESPECÍFICOS

- Apresentar o surgimento histórico da Sociedade Internacional;
- Analisar os aspectos jurídicos do D.I.Público para a construção de elos internacionais;
- Refletir sobre os instrumentos utilizados para o desenvolvimento de ações internacionais de cooperação entre os atores internacionais;
- Estudar as consequências de relações privadas que ultrapassam as barreiras nacionais, tanto para os indivíduos como para os Estados;
- Discutir mecanismos mais eficazes para a solução de conflitos jusprivados internacionais.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Sociedade Internacional. Surgimento, desenvolvimento histórico, sujeitos e características.
2. Direito Internacional Público. Surgimento. Conceito. Pressupostos. Características. Objeto. Fontes.
3. Tratados. Conceito. Condições de validade. Procedimento de celebração. Execução e extinção de tratados.
4. Sujeitos de Direito Internacional. Estados.
5. Organismos Internacionais.
6. Tratados de relevância regional e mundial na área de Direitos Humanos.

UNIDADE II

7. Direito Internacional Privado. Surgimento. Conceito. Pressupostos. Características. Objeto. Fontes.
8. Regras de Conexão.
9. Arbitragem Internacional.
10. Direito de Família no D.I.Privado.
11. Sequestro Internacional de Menores.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

AMORIM, EDGAR CARLOS. Direito Internacional Privado. Forense, 2003.

DOLINGER, JACOB, Direito Internacional Privado Parte Geral, Renovar.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2015

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Renovar, (2 volumes), 2002.

COMPLEMENTAR

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Dos Contratos Internacionais. São Paulo: Saraiva.

BATALHA, Wilson de Campos. Tratado de Direito Internacional Privado. São Paulo: Revista de Tribunais.

CASTRO, Amílcar de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

MACHADO, João Baptista. Lições de Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina.

RODAS, João Grondino. Direito Internacional Privado Brasileiro. São Paulo: RT. SABATOVSKI, Emílio et. Alli. Constituição Federal e Convenções Internacionais. Rio de Janeiro: Juruá.

ACCIOLY, Hildebrando & NASCIMENTO E SILVA, G. E. Do. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). São Paulo: Annablume, 2 volumes, 2000.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. União Européia. Aduaneiras, 2003.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de Agosto de 1985

Curso
Bacharelado em Direito

Nome da Disciplina
Direito Previdenciário

Autenticação

Código DIR	Semestre 10º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		30	-	02	-

PLANO DE CURSO

EMENTA: Noções introdutórias de seguridade social. Saúde. Relações jurídicas de Previdência Social. Assistência Social. Previdência Social. Custeio da seguridade social. Benefícios previdenciários. Regimes Previdenciários. Acidente de trabalho. Seguro desemprego. Serviços Previdenciários.

OBJETIVOS:

GERAL

Abordar as regras constitucionais e legais acerca de seguridade social.

ESPECÍFICOS

Analisar as normas atinentes à seguridade social;

Estudar e entender as principais nuances referentes à legislação previdenciária.

CONTEÚDO:

UNIDADE I

1. Seguridade Social 1.1. Saúde, Assistência Social e Previdência Social. 2. Rápidas considerações sobre a história da Seguridade Social 2.1. Histórico mundial e no Brasil. 3. Seguridade social na Constituição Federal 3.1. Objetivos, Organização e Princípios constitucionais. 4. Legislação Previdenciária 4.1. Definição 4.2. Autonomia 4.3. Fontes e hierarquia da legislação previdenciária 4.4. Interpretação, aplicação, integração e vigência da Legislação Previdenciária. 5. Regimes de Previdência social – distinções 5.1. Regime Geral de Previdência Social – RGPS 5.2. Regimes próprios de Previdência Social 5.3. Regimes de previdência complementar.

UNIDADE II

6. Regime Geral de Previdência Social 6.1. Definições: Condição de segurado (Filiação e inscrição; Manutenção e perda da qualidade de segurado); Carência; Salário contribuição; Salário Benefício; Renda Mensal inicial e Fator previdenciário. 6.2. Beneficiários da Previdência Social (urbano e rural): Segurado obrigatório (espécies); Segurado facultativo e dependentes (conceito e Perda da condição de dependente). 6.3. Benefícios em espécies 6.3.1. Aposentadorias: (Especial: Por idade; por invalidez; por tempo de contribuição e desaposentação) 6.3.2. Auxílios: acidente (acidente do trabalho e doença profissional ou do trabalho); doença e reclusão 6.3.3. Pensão por Morte 6.3.4. Salário-Família 6.3.5. Salário-Maternidade 6.3.6. Abono anual. 7. Acumulação de Benefícios 7.1. Conceito e Possibilidade de cumulação 8. Competência para processamento das ações previdenciárias. 9. Custeio: Financiamento da seguridade social 9.1. Natureza jurídica das contribuições sociais. 9.2. Receitas da União. 9.3. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes. 9.3.1. Salário de contribuição: (Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes e proporcionalidade. 10. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – LOAS ao idoso e à pessoa com deficiência. 11. Crimes Previdenciários: Estudo da Jurisprudência.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do

aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr.

IBRAIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciária. Rio de Janeiro: Impetus.

LEITÃO, André Studart; Meirinho, Grieco Santanna. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, Marisa dos. Direito previdenciário esquematizado. São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

CORREIA, Érica Paula Barcha; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves.

Curso de seguridade social. São Paulo: Saraiva.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTr.

RAMALHO, Marcos de Queiroz. A pensão por morte no regime geral da previdência social. São Paulo: LTr.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. Curso de processo judicial previdenciário. Método.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Lumen juris.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Unidade Curricular

Formas Consensuais de Resoluções de Conflitos

Código	Semestre	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
DIR6053360	10º	30	-	02	-

Autenticação

EMENTÁRIO

EMENTA:

Compreender o sistema de justiça e os instrumentos modernos de gestão e pacificação social. Acesso à justiça, efetividade da prestação jurisdicional e sistemas de solução de conflitos. A autocomposição e suas técnicas: conciliação, mediação e negociação. Heterocompositivos: jurisdição e arbitragem. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos e a resolução adequada. Antecedentes históricos e a visão no direito comparado. Políticas Públicas em Resolução Adequada de Disputas e os direitos elementares da cidadania. Normas pertinentes: Resolução 125/2010 – CNJ; Lei 13.140/2015 (Mediação); Novo Código de Processo Civil: Disposições gerais relativas à matéria, convenções processuais, obrigatoriedade da audiência de mediação/conciliação inicial. Abordagem e compreensão do conflito. Mediação. Princípios da mediação. Aplicabilidade da mediação na Administração Pública. Tribunal Multiportas. Justiça Restaurativa.

OBJETIVO GERAL: Analisar como as diversas formas de solução de conflitos podem desafogar o Poder Judiciário, contribuindo para a construção de uma efetiva justiça de paz.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: 1) Estudar a autocomposição e as respectivas técnicas autocompositivas; Abordar a justiça multiportas; Analisar as principais nuances da Justiça Restaurativa.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AValiação

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial

atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

UNIDADE I

Compreender o sistema de justiça e os instrumentos modernos de gestão e pacificação social.

Acesso à justiça, efetividade da prestação jurisdicional e sistemas de solução de conflitos.

A autocomposição e suas técnicas: conciliação, mediação e negociação. Heterocomposição: jurisdição, notadamente o uso da conciliação e da mediação dentro do processo. Arbitragem (Lei 9.307/96).

Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos e a resolução adequada. Antecedentes históricos e a visão no direito comparado.

Cartórios extrajudiciais como meio alternativo de solução de controvérsia.

Políticas Públicas em Resolução Adequada de Disputas e os direitos elementares da cidadania.

UNIDADE II

Resolução 125/2010 – CNJ;

Lei 13.140/2015 (Mediação); Mediação e princípios. Aplicação da mediação na Administração pública.

Novo Código de Processo Civil: Disposições gerais relativas à matéria, convenções processuais, obrigatoriedade da audiência de mediação/conciliação inicial.

Justiça Multiportas

Justiça Restaurativa.

BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, André Gomma de (Org.). Manual de mediação judicial. (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. O que é mediação de conflitos. São o: Brasiliense

CAPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris

CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais

FISHER. Roger. Ury. William. Como chegar ao sim. 3ª ed. Rio de Janeiro: Solomon Editores

GABBAY, Daniela Monteiro; FALECK, Diego; TARTUCE, Fernanda. Meios alternativos de solução de conflitos. Rio de Janeiro. FGV.

SALES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da Silva. Negociação, Mediação e Arbitragem. São Paulo. Ed. Método.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação. Rio de Janeiro: Forense. FIORELLI, José

Osmir et al. Mediação e solução de conflitos. Teoria e prática. São Paulo Atlas.

MORAIS, José Luis; MARION SPENLGER, Fabiana. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

PELUSO, Antonio Cesar (Org.). Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional. São Paulo: Atlas, 2011.

REGLA, Josep Aguiló. A arte da mediação: argumentação, negociação e mediação. Curitiba: Alteridade,

SALLES, Carlos Alberto de (Org.). Negociação, mediação e arbitragem. Salvador: Método.

ALEIXO, José Carlos Brandi. A mediação na solução de conflitos internacionais. Revista Forense, n. 352. Rio de Janeiro: Forense,

BACELLAR, Roberto Portugal. A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos. Revista de Processo, n. 95. São Paulo: Revista dos Tribunais

BARBOSA, Aguida Arruda. Mediação e princípio da solidariedade humana. In: PEREIRA, Rodrigues da Cunha (Org.). Família e solidariedade: teoria e prática do Direito de Família. Rio de Janeiro: Lúmen Juris

BASÍLIO, Ana Tereza Palhares. Mediação: relevante instrumento de pacificação social. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 20, p. 309, abr. CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Arbitragem: alguns aspectos do processo e do procedimento na lei n.9307/96. São Paulo: Ed. de Direito

CAETANO, Luiz Antunes. Arbitragem e mediação: rudimentos. São Paulo: Atlas

CAHALI, Claudia Elisabete Schwerz. O gerenciamento de processos judiciais. Brasília: Gazeta Jurídica

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Acesso à Justiça e formas alternativas de resolução de conflitos: serviços legais em São Bernardo do Campo. Revista Forense, n. 315. Rio de Janeiro: Forense

CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. Revista Forense, n. 326. Rio de Janeiro: Forense

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem internacional. Revista Forense, n. 329. Rio de Janeiro: Forense

Arbitragem e processo: um comentário à lei 9307/96. São Paulo: Atlas

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROMANO, Michel Betenjane; LAGRASTA LUCHIARI, Valeria Ferioli. O gerenciamento do processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Coords). Mediação e gerenciamento do processo. São Paulo: Atlas,

HOWARD, Raiffa. Arte e ciência da negociação. Editora Alegro.

AESGA – Lei n. 2174 de 23 de agosto de 1985

Faculdades Integradas de Garanhuns – Unidade Acadêmica da AESGA

Curso

Bacharelado em Direito

Unidade Curricular

Infância e Juventude

Autenticação

Código DIR	Semestre 10º	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS	
		T	P	T	P
		30	-	02	-

EMENTA: – A disciplina se ocupará do estudo dos direitos da criança e do adolescente de forma sistematizada, possibilitando a plena compreensão da doutrina de proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente. Serão trabalhados temas como: o histórico da proteção da infância e da adolescência no Brasil; os direitos fundamentais

das crianças e dos adolescentes; o exercício da autonomia por crianças e adolescentes; o direito à convivência familiar e comunitária; a prática de ato infracional e os operadores da proteção à criança e ao adolescente.

OBJETIVO GERAL: Analisar os aspectos sociojurídicos referentes à criança e ao adolescente no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar a construção do Direito Infanto-juvenil no Brasil até os dias atuais; Abordar a proteção à criança, notadamente por meio de políticas públicas e medidas protetivas; Analisar a proteção conferida aos adolescentes, sobretudo quando da prática do ato infracional.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

UNIDADE I

A questão da Infância no Brasil: Os tempos da Colônia e do Império. A questão da Infância na República. Institucionalização da Política de Atendimento à Infância e Juventude. O Serviço de Assistência ao menor-SAM. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Análise da Política de Proteção a Infância e Adolescência a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1998 e da Promulgação da Lei 8.069/90 E.C.A. 2. Especialização do Direito da Infância e da Juventude: A doutrina da situação irregular. Definição. Sujeitos. Objeto. Fontes. Doutrina da Proteção Integral .A infância e adolescência no contexto internacional - A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e outros documentos internacionais..Estrutura geral do Estatuto da Criança e do Adolescente. Parte Geral. Os Direitos Fundamentais. Prevenção. Parte Especial - Política de Atendimento: Entidades de Atendimento. Medidas (Específicas) de Proteção.

UNIDADE II

Prática do Ato Infracional. Medidas Socioeducativas. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável. Conselhos Tutelares. Acesso à Justiça. Crimes e Infrações Administrativas. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei nº12.594/2012). Feitos de Competência da Justiça da Infância e da Juventude. A representação. Apuração do Ato Infracional. Processo de Conhecimento – Apuração do Ato Infracional. Processo de Execução. Manutenção, Progressão, Regressão e Substituição de Medida Socioeducativa. 7. Temas especiais: Vulnerabilidade e pauperização da infância e juventude; Educação e Socioeducação; Trabalho infantojuvenil; Violência e criminalidade: crianças e

adolescentes testemunhas de crime, ameaçados de morte. Ações, projetos e programas de promoção, proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente.

METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS

A metodologia de caráter multifacetado tem como uma de suas finalidades subsidiar os processos de desenvolvimento e de construção das competências indispensáveis à prática profissional. Deve pautar-se por princípios interdisciplinares que permitam e atendam as especificidades da disciplina e possibilitem a abordagem problematizadora dos conteúdos e a utilização de diferentes procedimentos de ensino aprendizagem com o auxílio de diferentes multimeios. Dos procedimentos metodológicos sugere-se: aulas expositivas dialogada; leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica e de campo; painéis; palestras; colóquios; rodas vivas e discussões em plenária; mapas conceituais; mesa redonda). Neste sentido, na vivência da metodologia, recomenda-se a adoção de trabalhos individuais que atendam a individualização das trajetórias e trabalhos de grupo que favoreçam a democratização do conhecimento e a construção da cidadania coletiva.

AVALIAÇÃO

A avaliação é processual e tem caráter dialógico, visando prioritariamente a valorização das aprendizagens que constroem a identidade pessoal e profissional.

A metodologia de avaliação inclui o uso de procedimentos que permitam a verificação do aproveitamento, a superação de dificuldades de aprendizagem, a resignificação de conhecimentos e a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Na avaliação da aprendizagem dar-se-á especial atenção aos seguintes aspectos: aquisição de conhecimentos, clareza e objetividade nas argumentações oral e escrita, coerência e pertinência na apresentação de ideias/argumentos, senso crítico. Dentre os procedimentos de avaliação sugere-se a utilização de: prova escrita e oral, decorrência do ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediél Claudino Araujo Júnior. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo. Atlas

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT.

DEL PRIORE, M. História da infância no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto.

FONSECA, Antônio Cezar Lima da. Direitos da criança e do adolescente. São Paulo:Atlas.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. 20ª Edição Revista, ampliada e atualizada. São Paulo: JusPodium.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso De Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos - .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Guilherme Freire de Melo. Estatuto da criança e do adolescente. Salvador: JusPodium.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado, 1988._____.

Lei federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -Sinase, regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.

ELIAS, Roberto João. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. São Paulo. SANCHES, Helen Crystine Corrêa; VERONESE, Josiane Rosa Petry. Justiça da criança e do adolescente : da vara de menores à vara da infância e juventude . Rio de Janeiro :Lumen Juris.

RAMIDOFF, Mario Luiz. Sinase - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - 2ª Edição. Saraiva.

TAVARES, José de Farias. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Forense.